

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Portugueses no Mar de Labrador: Expansão e ocupação portuguesa em Altas Latitudes (1452 – 1524)

Miguel Ângelo Farias Reis

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Prof. Doutor Luís Miguel Carolino,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Departamento de História

**Portugueses no Mar de Labrador: Expansão e ocupação portuguesa em
Altas Latitudes (1452 – 1524)**

Miguel Ângelo Farias Reis

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Prof. Doutor Luís Miguel Carolino,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Agradecimentos

Agradeço a todos os professores do ISCTE-IUL o acompanhamento prestado ao longo dos últimos anos na minha formação académica e por terem contribuído para o desenvolvimento do espírito crítico, especialmente à professora Maria João Vaz que nunca me deixou desistir de batalhar pela conclusão deste mestrado.

A todos os colegas que comigo se cruzaram ao longo da licenciatura e mestrado pelos bons momentos, palavras amigas e partilha de conhecimentos, tornando assim todo o percurso deveras mais desafiador e cativante. Quero aqui deixar expresso um agradecimento muito especial à Raquel Mira, que desde o meu primeiro momento no ISCTE se tornou mais que uma colega e amiga. Obrigado por toda a paciência e resiliência ao longo dos anos. Obrigado por nunca desistires de mim.

Ao professor Luís Miguel Carolino, meu orientador, que sempre um exemplo de integridade intelectual, espírito científico e conduta académica. Sem ele e sem as suas orientações e motivações esta tese não estaria escrita. Obrigado por me ter feito acreditar que é sim possível investigar e continuar a investigar temas de História Moderna e da Expansão e por me fazer ver que nenhum conhecimento se encontra esgotado enquanto houver quem dele se nutra.

Por fim, dedico esta tese ao meu pai, à minha mãe e à minha irmã por terem feito os possíveis e impossíveis para que chegasse até aqui. Sem vocês, nenhum destes anos ou horas de trabalho faria sentido. Obrigado pelo apoio incondicional, pelo amparo pessoal e pela paciência que sempre tiveram a fazer com que todas as dificuldades se tornassem insignificantes.

RESUMO

A historiografia tem guardado no seu âmbito de trabalho especial dedicação ao estudo da expansão, colonização e construção do império marítimo português a sul do Arquipélago dos Açores, Atlântico Sul e Oceano Indico. No entanto, as navegações portuguesas assumiram frente em outras regiões do globo terrestre que até agora têm passado mais despercebidas à comunidade académica. É o caso do Mar de Labrador e Terra Nova, no extremo norte do continente americano, onde navegadores ao serviço da coroa portuguesa navegaram desde 1452. O objetivo deste projeto passa então por traçar as principais linhas de força da presença de Portugal em Terra Nova e Labrador de forma a identificar não só relações humanas, mas também naturais nesta vertente do Império. Pretende-se ainda discernir quando, como e porque é que estes navegadores ali chegaram.

Palavras-chave: Império Marítimo português; expansão; mar labrador; terra nova; corte-leal; Atlético Norte; século XVI;

ABSTRACT

Historiography has kept in its scope of work special dedication to the study of the expansion, colonization and construction of the Portuguese maritime empire south of the Azores Archipelago, South Atlantic and Indian Ocean. However, the Portuguese navigations took front in other regions of the globe that until now have gone more unnoticed to the academic community. This is the case of the Labrador Sea and Newfoundland, in the far north of the American continent, where navigators in the service of the Portuguese crown have sailed since 1452. The goal of this project is therefore to trace the main lines of force of the Portuguese presence in Newfoundland and Labrador in order to identify not only human relationships, but also natural relationships in this part of the Empire. It is also intended to discern when, how and why these navigators arrived there

Key-word: Portuguese Seaborn Empire; Expansion; Labrador Sea; Newfoundland; Corte-Real; North Atlantic; 16th century.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I.....	11
Antecedentes portugueses à Descoberta da Terra Nova	11
Capítulo II.....	21
Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera – 1452	21
Capítulo III.....	29
A família Corte-Real e as viagens aos bancos da Terra Nova	29
Capítulo IV.....	46
João Alvares Fagundes e a colonização da Terra Nova	46
Capítulo V	54
O fim da presença portuguesa na Terra Nova.....	54
Conclusão	59
Bibliografia.....	64
Fontes.....	68

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Claudius Clavus, 1527 in Claudius Clavus, mapa de 1927 com representações da Europa do Norte e da Gronelândia.....	21
Figura 2 - Mar dos Sargassos	33
Figura 3 - Excerto retirado do Planisfério de Cantino, de 1502 - Atlântico Central e Atlântico Norte	41
Figura 4 - Representações na Pedra de Dighton feitas por Edmund Delabarre	48
Figura 5 - Representações na Pedra de Dighton feitas por Edmund Delabarre	49
Figura 6 - Carta de 1504 de Pedro Reinel, Estampa 8.....	51
Figura 7 - Área explorada por João Alvares Fagundes e irmãos Corte-Real	57
Figura 8 - Mapa- Lazaro Luís de 1563, Estampa 211	58
Figura 9 - Planisfério Lopo Homem de 1554, Estampa 27	59
Figura 10 - Mapa de Pietrus Bietrus de 1602	63
Figura 11 - Mapa de John Mason, 1617	63

Introdução

A descoberta e expansão portuguesa no Atlântico Norte ao longo do século XV e XVI é a uma primeira leitura um fenómeno relativamente bem estudado pela historiografia portuguesa ao longo do tempo. Uma parte considerável dos historiadores assumiu já este objeto de estudo como fechado ou na melhor das hipóteses com poucas alternativas de desenvolvimento tendo em conta a escassez de fontes coevas e de evidencias históricas que permitam o aprofundamento do conhecimento existente sobre a descoberta da Terra Nova, Canadá e Gronelândia.

No entanto, acreditamos que a importância desta dissertação se revela fundamental ao analisarmos de forma criteriosa a principal bibliografia sobre esta temática. Neste sentido irei começar por enumerar as principais problemáticas que justificam precisamente a releitura da bibliografia e das fontes coevas a que a comunidade académica tem tido acesso.

Em primeiro lugar podemos sublinhar o facto de a literatura elaborada até agora ser altamente dispersa, pouco concisa, pouco atualizada e pouco citada, gerando assim uma serie de discrepâncias relativamente ao conhecimento historiográfico sobre a expansão portuguesa em altas latitudes, especificamente para a região que hoje denominamos como Terra Nova, Canadá, Gronelândia e Mar de Baía de Bafin. A maioria das obras escritas neste âmbito encontra-se isolada em si, apresentando por isso um debate historiográfico pouco desenvolvido, fundamental à construção do saber histórico de qualquer área e época de estudo da História. Além disto, o facto desta bibliografia se encontrar pouco conexa e debatida gera desde logo o problema da multiplicidade de conclusões, abrindo portas a que várias versões do mesmo acontecimento sejam tidas como corretas quer pela academia, quer pelo grande publico, gerando assim enormes problemas para a estruturação científica do conhecimento. Não quer isto dizer, no entanto, que a multiplicidade conclusões seja algo necessariamente negativo em História. Pelo contrário, a existência de várias conclusões implica à partida a também existência de diversos estudos que as sustentam. O problema aqui residido no facto desses mesmos estudos e respetivas conclusões se encontrarem fechados em si mesmos sem que os seus autores as tenham discutido de modo a chegarem a uma sincronia de saberes

historiográficos. Mais adiante nesta dissertação irei explicar com exemplos práticos de que forma esta problemática se desenvolve relativamente a este tema.

Em segundo lugar, podemos evidenciar a antiguidade da bibliografia existente sobre a expansão portuguesa na Terra Nova. Com efeito, se prestarmos atenção às datas de publicação das obras inseridas neste âmbito notamos desde logo que a grande maioria foi escrita maioritariamente entre os anos 30 e 60 do século XX, assumindo por isso, logo à partida, uma série de questões que precisam de ser tidas em conta relativamente à metodologia e idoneidade dos textos desenvolvidos. É fundamental lembrarmo-nos que durante as décadas citadas Portugal esteve sob a alçada de um regime ditatorial de carácter profundamente nacionalista que procurava enaltecer a figura do regime, utilizando para isso diversos meios científicos, sociais e culturais que justificassem a “grandeza” da nação e o seu papel “civilizador” no mundo. A História esteve evidentemente incluída nesta agenda política e, como tal, é de notar que leituras de documentos e acontecimentos históricos que contradissem os valores defendidos pelo regime seriam necessariamente afetadas quer na sua credibilidade, quer na sua competência, sendo por isso sujeitas a uma série de pressões que deturpam a liberdade exigida pelo trabalho do historiador. Isto não significa porém que os historiadores e as obras produzidas ao longo desta década sejam necessariamente considerados maus ou fracos do ponto de vista científico e contributivo para a historiografia. Pelo contrário, foram estes que desbravaram em primeiro lugar a maioria dos documentos e fontes a que hoje temos acesso, desenvolvendo ao longo de décadas da sua vida esforços reconhecíveis para que tenhamos pelo menos a existência de matrizes sobre este e outros temas da História de Portugal. Por isto, esta tese não tem como objetivo refutá-los ou fazê-los esquecer às atuais e futuras gerações, mas pretende sim relê-los e reescrever à luz dos princípios historiográficos do século XXI, de modo a serem não só mais bem compreendidos como mais bem integrados em futuras investigações.

Em terceiro lugar pretendo chamar a atenção para uma parte substancial de fontes históricas de importância crucial que tem sido esquecida no estudo da Expansão: a cartografia. Como é de conhecimento comum, a História não se edifica apenas com base em documentos coevos escritos tais como cartas régias, crónicas de viagem ou processos judiciais. A existência e desenvolvimento da cartografia ao longo do século XV e XVI é aliás basilar para que possamos compreender de forma mais justa e rigorosa a realidade das expedições marítimas que então se organizavam sob a proteção da Coroa Portuguesa.

Na prática, as alterações das representações cartográficas das linhas costeiras ao longo das décadas permite-nos acompanhar também a realidade e os sucessos das viagens feitas pelos navegadores: se um novo território fosse descoberto seria rapidamente integrado nas mais recentes obras cartográficas da época. Através disso é possível nesta tese delinear as viagens que efetivamente tiveram mais ou menos sucesso, enumerando os casos em que essas mesmas viagens deram origem a alterações da percepção do mundo durante a Época Moderna. Não existe até este momento nenhuma obra que trace de forma concisa e regular este tipo de análise, sendo esta tese a primeira a propor tal investigação para a região da Terra Nova.

O primeiro aspeto a ser destacado neste domínio reside no facto de a maior parte dos mapas com representações do extremo norte do Atlântico e da costa oriental norte americana se encontrarem inventariados e reproduzidos numa das obras de maior relevância para a História da cartografia portuguesa: a *Portugaleae Monumenta Cartográfica* (PMC), publicada em 1960 por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota. A PMC é formada na sua totalidade por um conjunto de seis volumes organizados cronologicamente entre o final do século XV e o século XVII, contendo um total de 626 estampas e produções cartográficas de diversos cartógrafos portugueses¹. Tendo em conta o balizamento cronológico desta investigação e a restrição a um espaço geográfico concreto, a consulta da totalidade das PMC será dispensada, sendo antes mais proveitoso focar a análise sobre a cartografia do Atlântico Norte entre o século XV e XVI. Na prática, esta decisão traduz-se no facto de terem sido selecionados apenas dois volumes para serem estudados nesta tese, sendo eles o primeiro e o quinto volumes da obra mencionada.

O primeiro volume da PMC revela-se desde logo fundamental por conter em si reproduções das primeiras produções cartográficas portuguesas, sendo que, o primeiro espécime selecionado pelos autores da PMC data do último quartel do século XV, período, portanto posterior às viagens realizadas por Diogo de Teive e Pero Vasquez de La Frontera. Apesar disto, a Terra Nova e a Gronelândia não aparecem ali representadas, ao contrário dos arquipélagos atlânticos dos Açores, Madeira e Canárias, o que pode significar que, apesar das expedições destes dois navegadores, estas regiões não assumiam ainda carácter prioritário no projeto de expansão da coroa portuguesa. Com

¹ Para um estudo e análise completa da PMC consulte-se ALEGRIA, Maria Fernanda; DAVEAU, Suzanne, GARCIA, João Carlos e RELANO (2012), *Francisc, História da Cartografia Portuguesa (séculos XV-XVII)*, Fio da Palavra, Porto

efeito, dependendo do ano concreto da produção deste mapa, podemos deduzir que a atenção dos navegadores portugueses se concentrava ainda na exploração da costa ocidental do continente africano com o principal objetivo de achar o caminho marítimo para o Oriente através do Atlântico Sul.

Apesar do extremo norte do Oceano Atlântico ter sido ignorado na suposta primeira produção cartográfica portuguesa, a PMC revela que logo em 1502, o Planisfério de Cantino² continha já representações e inscrições quer da Terra Nova, quer da Gronelândia, identificando não só os territórios como os navegadores que por lá passaram. A particularidade deste mapa reside desde logo no facto de ser o primeiro exemplar da cartografia portuguesa ou relacionada com Portugal a proceder à identificação destes territórios, detalhando de forma impressionante as circunstâncias e personalidades envolvidas com a exploração³.

Em 1504, o cartografo Pedro Reinel produziu a segunda carta com representações da Terra Nova e algumas regiões vizinhas, ignorando, no entanto, a Gronelândia⁴. Esta carta conta com duas particularidades assinaláveis: a primeira diz respeito ao facto de ser o primeiro documento cartográfico assinado por um português, não deixando espaço a qualquer tipo de dúvidas ou interpretações dissidentes sobre a sua origem; a segunda, tem necessariamente a haver com a Terra Nova e com a sua toponímia. Como os autores da PMC indicam, esta carta é a primeira a conter informações detalhadas sobre os nomes de vários espaços geográficos da Terra Nova, dando assim ainda mais fundamentos para crermos na relevância das navegações levadas a cabo pelos irmãos Corte Real⁵.

Cronologicamente, o terceiro mapa da cartografia portuguesa a representar a costa oriental da América do Norte é uma Carta Anónima datada de 1506, reproduzida pela primeira vez num Atlas pensado e produzido por Friedrich Kunstmann, em 1859, tendo a carta ficado conhecida como ``Kunstmann III''⁶. À semelhança do Planisfério de Cantino, a Kunstmann III tem em si representada a Gronelândia e a Terra Nova com uma inscrição subjacente que diz ``Terra de corte Riall''⁷. Armando Cortesão e Avelino

² CORTESAO, Armando e MOTA, Avelino T. da (1987) *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, INCM, Lisboa, Estampa 4 e 5

³ Para uma análise mais detalhadas do Planisfério Cantino no âmbito desta investigação consulte-se o capítulo III desta tese.

⁴ Ibidem, p. 25-27

⁵ Ibidem, Estampa 8

⁶ CORTESAO, Armando e MOTA, Avelino T. da (1987) *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, INCM, Lisboa, p. 15-16

⁷ Ibidem, p. 15

Teixeira da Mota alertam para o facto de a parte americana desta carta ter sido desenhada posteriormente à parte europeia e africana, não sendo possível respetivamente datar a produção da primeira. Apesar disto, o seu valor enquanto fonte histórica para esta investigação continua a ser bastante considerável⁸.

O planisfério de Jorge Reinel, de 1519, é mais um dos exemplos cartográficos de destaque para o estudo da expansão portuguesa no Atlântico Norte⁹. Por conter várias inscrições e representações do mundo conhecido àquela época, torna-se uma das principais fontes históricas com relevância não só para o estudo da expansão portuguesa não só na região da Terra Nova, como também para o resto do mundo.

Diogo Ribeiro foi outro dos cartógrafos quinhentistas portugueses que representou a Terra Nova e a Gronelândia diversas vezes na sua obra¹⁰. O primeiro planisfério por ele assinado data de 1527¹¹ e tem a particularidade de ser extremamente detalhado e altamente preciso a nível geográfico, tendo em conta a época aqui tratada. Além do planisfério de 1527, este cartografo produziu pelo menos mais dois que teriam sido finalizados em 1529¹², verificando-se nas produções mais tardias o acrescentamento de cada vez mais detalhes sobre as regiões representadas, tais como desenhos da fauna e flora associada a cada região do globo terrestre. No caso do continente africano, por exemplo, é possível reconhecer com alguma facilidade a representação de elefantes e felinos de grande porte (provavelmente leões), ao passo que na América do Sul se identificam macacos e algumas aves exóticas. Para o caso da Terra Nova, o autor destes planisférios limitou-se a representar árvores de grande porte. Outro dos aspetos assinaláveis na obra de Diogo Ribeiro é o facto de este ter sido o primeiro cartografo português e representar a Terra Nova e Labrador como parte do continente americano e não apenas como um conjunto de ilhas no meio do Oceano Atlântico. No que diz respeito à toponímia norte americana, este autor desenvolveu também outra carta, finalizada em 1532, com a representação da costa oriental da América do Norte e América do Sul¹³, contribuindo nesta ocasião mais uma vez para o conhecimento quinhentista destes territórios. Outro aspeto fundamental desta carta é o facto de trazer já algumas

⁸ Ibidem, p. 16

⁹ Ibidem, Estampa 12

¹⁰ Ibidem, p.99-106

¹¹ Ibidem, Estampa 38

¹² Ibidem, Estampa 39 e 40

¹³ Ibidem, Estampa 41

representações do Oceano Pacífico, bem como a passagem do Estreito de Drake, a sul da Patagônia, assinalando assim a travessia feita por Fernão de Magalhães entre 1519 e 1522.

Em 1535 foi produzida mais uma carta que tem necessariamente de constar nesta lista de produções cartográficas. Embora não seja possível reconhecer com clareza o autor deste documento¹⁴, os autores da *PMC* acreditam que terá sido Pedro Reinel a desenvolver tal trabalho¹⁵. O interesse deste documento para a investigação desenvolvida nesta tese prende-se com o facto de esta ser uma das primeiras reproduções da costa oriental americana unificada por uma única linha de costa, revelando assim que, os territórios da Terra Nova e Mar de Labrador estão ligados ao vasto continente americano. Este facto permite assim deduzir que o cartógrafo e navegadores de 1535 tivessem já consciência da vastidão da América do Norte e do Sul, bem como para o facto de o atual Brasil, por exemplo, estar geograficamente ligado com o atual Canadá por terra firme. Este dado ganha ainda maior relevância quando observamos que a Terra Nova a esta altura já não era definitivamente considerada como um conjunto de ilhas no meio do Atlântico Norte, confirmando e reforçando assim a obra de Diogo Ribeiro.

O quinto volume da *PMC* é também fundamental para o estudo da cartografia da Terra Nova e Mar de Labrador. Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota incluíram neste volume dois apêndices de indubitável relevância para a História da Cartografia Portuguesa: um sobre a Terra Nova e outro sobre o Japão. Em ambos os casos, os autores conseguiram traçar não só o perfil da toponímia das duas regiões, como também a evolução o traçado geográfico ao longo do tempo nas diversas produções cartográficas. No caso concreto da Terra Nova, essa evolução de representação cartográfica compreende-se entre o ano de 1502, com o já citado Planisfério de Cantino e o ano de 1600, com uma carta produzida pelo cartógrafo Luís Teixeira. Recorrendo a um total de 51 estampas (sendo que a primeira diz respeito a uma carta moderna da Terra Nova), os autores da *PMC* simplificam a consulta de vários mapas de origem portuguesa ao longo de um século, destacando em cada um deles as principais inscrições feitas originalmente pelos cartógrafos responsáveis por cada obra até finais do século XVI. De forma esquematizada, porém bastante detalhada, o quinto volume da *PMC* torna-se fundamental para o estudo da cartografia portuguesa no Atlântico Norte. Além deste trabalho, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota procedem a um elaborado quadro que

¹⁴ *Ibidem*, Estampa 14

¹⁵ *Ibidem*, p. 43-44

expõe a evolução da toponímia da Terra Nova até ao ano de 1600. Na prática, este segundo quadro é formado pelas inscrições detalhadas de cada produção cartográfica desta região, permitindo assim aos leitores a devida compreensão do conteúdo escrito em cada mapa, facilitando evidentemente a devida compreensão de cada uma das fontes selecionadas nas PMC, tarefa que quase sempre se revela altamente delicada tendo em conta a antiguidade e ilegibilidade das fontes aqui tratadas¹⁶.

Além da *PMC*, existem outras obras de grande relevância para o estudo da cartografia na Terra Nova e Mar de Labrador. *A Découverte et Évolution Cartographique de Terre-Neve et Pays Circonvoisins*¹⁷, de Henry HARRISSE, é disso exemplo, sendo um dos trabalhos fundamentais para esta investigação. Mais que uma inventariação de mapas que representam a região, HARRISSE desenvolve um notável estudo sobre as principais hipóteses relativas ao achamento da Terra Nova, recorrendo para isso a fontes escritas e a outras monografias sobre o tema. Este livro tem ainda a particularidade de não se restringir a uma cronologia breve, analisando a evolução cartográfica dos territórios mencionados entre 1497 e 1769, conferindo a possibilidade de análise de perspetivas alargadas relativamente a este estudo.

Ainda sobre a cartografia é importante mencionar a obra do investigador Joaquim Gaspar, que ao longo dos últimos anos se dedicou ao estudo pormenorizado sobre alguns aspetos técnicos da História da Cartografia portuguesa, escrevendo maioritariamente sobre a tomada de perceção, por parte dos navegadores da Época Moderna, da declinação magnética registada nas bussolas. De facto, sabemos hoje que embora uma bussola aponte sempre para o Norte fictício, a direção exata para o sentido indicado é variável consoante a zona geográfica onde nos encontramos, afetando assim o curso de uma viagem de longa distância que um navio percorra. No entanto, ao longo do século XV e XVI, este dado científico não era considerado ou conhecido pelos navegadores europeus, tendo sido necessário um longo processo de progresso científico e geográfico para que se apurassem de forma cada vez mais precisa os valores dessas mesmas declinações. Como Joaquim Gaspar refere ao longo da sua obra, apenas em 1585 surgiu em Portugal a primeira carta de navegar com linhas isogónicas representadas, da autoria do cartografo Luís Teixeira, após quase um século de contribuições prestadas por

¹⁶ Ibidem, vol v., p.157- 170

¹⁷ HARRISSE, Henry (1900), *A Découverte et Évolution Cartographique de Terre-Neve et Pays Circonvoisins*, H. Welter Editeur, Paris

cosmógrafos e cartógrafos do século XVI. Tendo em conta a alta latitude da Terra Nova e do Mar de Labrador, navegar na região não seria uma tarefa fácil do ponto de vista técnico, existindo naturalmente valores bastante variáveis relativamente a essas mesmas declinações. Este fator, associado com a rigorosidade climatérica e com as correntes marítimas do Atlântico Norte dificultou em grande medida as primeiras expedições realizadas até à Terra Nova, provocando consequentemente a perda de navios e navegadores, como o caso dos Corte Real. Apenas a partir do início do século XVII se tornou cada vez mais seguro poder viajar na costa oriental americana a partir do traçado dessas mesmas linhas isogónicas. Por este motivo, é fundamental continuar a investigar sobre o impacto destes avanços científicos na navegação ao longo da História, sendo a Terra Nova um exemplo claro desta observação¹⁸.

Existem outros mapas que se revelam importantes nesta tese e que não estão inventariados nem na PMC nem na obra de HARRISSE. É o caso de um mapa moderno utilizado no primeiro capítulo que tem por finalidade ajudar à compreensão do funcionamento das correntes marítimas e do vento no Mar dos Sargaços e de dois mapas do século XVII analisados no quinto capítulo e que revelam o fim da hegemonia portuguesa na região da Terra Nova.

Por último, e em quarto lugar, é objetivo desta tese o escrutínio das motivações e consequências das expedições realizadas para o Atlântico Norte. Sabemos desde há muito que o primeiro motivo da expansão marítima portuguesa se desenvolveu pelo desejo da coroa de encontrar o caminho marítimo para a Índia e para o reino de Prestes João numa clara tentativa de procurar alternativas às rotas comerciais do Médio Oriente que se tinham alterado na primeira metade do século XIV, afetando não só a afluência de bens na Europa como a inflação dos produtos que chegavam até então por esta via. Estas viagens seguiram naturalmente o rumo do Atlântico Sul, ao longo da costa do continente africano e tinham como objetivo atingir o Oriente. É precisamente tendo este facto em conta que surge a questão sobre os motivos que levaram a que os impulsionadores da expansão tenham investido desde cedo em expedições na direção completamente oposta:

¹⁸ GASPAR, Joaquim Alves e LEITAO, Henrique (2019). Early Modern Nautical Charts and Maps: Working Through Different Cartographic Paradigms. *Journal of Early Modern History*, Vol. 23, p. 1-28

o Atlântico Norte, para Ocidente, tendo consciência de que desta maneira se afastavam logo à partida do principal objetivo de chegar à Índia. Nesta tese irei por isso investigar as decisões da coroa já referidas, trabalho que tem vindo a ser esquecido pela historiografia portuguesa. A nível de consequências importa também indagar sobre o significado da descoberta da Terra Nova não só para Portugal como também para a Europa. Como irei explicar mais à frente nesta dissertação, a navegação no Atlântico Norte implica muito mais do que a descoberta da Terra Nova. Quem navega e consegue ultrapassar o Mar dos Sargaços¹⁹ encontra também o território que hoje conhecemos como os Estados Unidos da América e isso seria, desde logo, algo notável para os navegadores do século XIV e para a coroa que favorecesse a respetiva viagem. Por outras palavras, a chegada à América do Norte assumiu um conjunto de potencialidades que devem ser tidas em conta no panorama da História da Expansão Portuguesa

Além dos aspetos referidos no paragrafo anterior importa nesta investigação refletir sobre a possibilidade da tentativa do achamento de um caminho marítimo alternativo para a Índia. Efetivamente sabemos hoje da existência de teorias e navegações feitas para ocidente que tinham justamente esse objetivo. Basta lembrarmos o caso de Cristóvão Colombo ou Américo Vespúcio, por exemplo. No entanto, o caso português é ainda mais curioso tendo em conta que essas viagens não foram feitas apenas para ocidente, mas também para Norte. À partida isso pode desde logo significar que a coroa portuguesa e os seus navegadores tivessem já um conhecimento prévio da costa americana a tal ponto desenvolvido que os levasse a rumar para a direção específico de noroeste, tentando achar assim uma passagem que contornasse o continente Americano pelo norte, numa das primeiras tentativas de transposição da passagem Noroeste, conseguida só no início do século XX e na qual se perderam os navios britânicos Terror e Erebus, sob o comando de Sir. John Franklin. Estas hipóteses serão também tidas em conta ao longo da dissertação.

Em suma, a importância desta tese pode ser resumida em duas linhas basilares: a primeira é a de rever e reorganizar toda a bibliografia relativa ao tema aqui tratado, questionando e debatendo a literatura produzida até ao momento, de modo a estabelecer pela primeira vez uma base de referencia que vai esquematizar e problematizar toda a cronologia da descoberta da Terra Nova; a segunda é a de proceder a uma leitura inédita

¹⁹ Mar dos Sargaços é a denominação dada à banda atlântica que se estende ao longo da Costa da América do Norte. Ver página 16

das fontes cartográficas que vão de encontro à navegações portuguesas no Atlântico Norte de modo a conseguir utilizá-las como uma fonte coeva que permita delimitar não só cronologias como fronteiras e linhas de costa. Neste sentido, a análise cartográfica apresenta-se aqui como um dos maiores objetivos desta investigação.

Capítulo I

Antecedentes portugueses à Descoberta da Terra Nova

Antes de começar a analisar a expansão portuguesa na região da Terra Nova é importante compreender o facto de os portugueses não terem sido os primeiros europeus a chegar até este território. Antes disso, comunidades de monges irlandeses já tinham navegado até este ponto da América do Norte. A necessidade e o dever religioso monástico exigia a estas comunidades procurarem um estilo de vida isolado em que o eremitismo assumia um dos principais preceitos a serem seguidos. Foi por esse motivo que desde o princípio da Idade Média os monges católicos irlandeses começaram uma serie de diásporas pelo Atlântico Norte em busca de locais cada vez mais isolados. No século VII, estas comunidades já teriam inclusive atingido as Ilhas Faroé, localizadas entre as Ilhas Britânicas e a Islândia, tendo isso representado há época já uma seria inovação no que diz respeito ao conhecimento do Mar da Noruega. Ao longo do século VII a expansão e invasões Vikings acabaram por fomentar ainda mais a deslocação das comunidades monásticas ao longo do Atlântico Norte, levando a que no século IX estes tenham já chegado até à Gronelândia e ao Mar de Labrador²⁰.

No entanto, importa a esta tese indagar sobre o verdadeiro significado do estabelecimento destas comunidades em tais territórios e quais as reais consequências de tais viagens. Ora ao termos em conta que nos referimos a monges religiosos que tinham o dever de castidade é fácil deduzir desde logo que o impacto do seu estabelecimento foi fraco e com poucas consequências práticas quer nos territórios recém ocupados, quer na Europa, uma vez que a impossibilidade de deixar descendência toldava desde logo qualquer possibilidade de estabilização de uma presença que se prolongasse no tempo. Por sua vez, o dever de isolamento levava a que o contacto com as regiões de onde eram originários fosse cortado a partir do momento em que estes homens celebravam a perpetuação dos seus votos religiosos, impedindo assim que se trocassem mais informações com as comunidades europeias. Posto isto, reconheçamos desde já que a diáspora monástica dos irlandeses não contribuiu para que os europeus ganhassem total

²⁰ BRASÃO (1964), Eduardo, *A Descoberta da Terra Nova*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, p. 40

consciência da existência de territórios que se localizassem no outro extremo do Atlântico Norte, passando estes apenas a fazerem parte de um conjunto imaginário de possíveis terras lendárias cobertas por gelo onde as condições de vida eram extremamente difíceis e onde o acesso era extremamente complicado.

A par das comunidades de monges irlandeses existem outros europeus que, ao longo da Idade Média, se aventuraram pelas altas latitudes do Atlântico, levando-os também à região do Mar de Labrador e da América do Norte. Um dos casos mais notáveis neste sentido é o de Erick, o vermelho, líder viking na Islândia que, após várias derrotas face a outros líderes locais, se viu obrigado a partir para o exílio no final do século X. Este exílio levou a que Erick e uma serie de aliados seus partissem para o ocidente através do Atlântico chegando assim também até à Gronelândia, ocupando aí boa parte da costa interior do subcontinente, ao largo da Baía de Bafim. Segundo algumas fontes coevas a comunidade viking liderada por Erick foi de tal modo bem-sucedida que após pouco tempo da sua chegada a este território já ali se tinham estabelecido cerca de 2000 vikings²¹, um número considerável se tivermos em atenção a região de clima agreste. As comunidades vikings continuaram a habitar região até ao longo de toda a baixa Idade Média e ao contrário do que acontecia com os monges irlandeses não estavam sujeitos ao isolamento religioso. Por esse motivo tornou-se mais comum o desenvolvimento de relações comerciais com outros povos que habitavam a Noruega, abrindo assim a primeira rota de relações políticas e comerciais diretas entre a Gronelândia e a Europa do Norte.

Apesar disto, no início do século XV este contacto acabou por se tornar cada vez mais escasso e a região leste da América do Norte voltou a ficar esquecida pelos europeus, tornando-se apenas mais uma das muitas lendas existentes sobre os territórios e perigos do Mar Oceano. Citando Eduardo Brazão, ‘‘O oceano tinha-se de novo cerrado’’²² e seria necessária a existência de uma nova onda de expedições para que o Labrador entrasse definitivamente para a cartografia europeia, sendo assim integrado no processo de globalização trazido pela expansão quatrocentista e quinhentista dos estados ibéricos.

Sabemos hoje que ao longo do século XIV o único conhecimento de terras a ocidente no Atlântico resultava de mitos, lendas e história oral dos povos escandinavos. Este tipo de informação motivou por exemplo à elaboração do mapa de Claudio Clavus,

²¹ BRASÃO (1964), Eduardo, *A Descoberta da Terra Nova*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, p. 42

²² *Ibidem*, p. 44

em 1427, representando os estados então existentes no norte da Europa e a Gronelândia, sem que tenhamos hoje motivos para acreditar que a representação deste território fosse fruto de expedições realizadas. Com efeito, ao analisarmos atenciosamente este mapa notamos desde logo que este não se encontra devidamente representado ou bem posicionado geograficamente.

Posto isto tudo indica que os portugueses tenham sim efetivamente sido os primeiros europeus a chegar até este território na Época Moderna, séculos após as migrações de monges irlandeses e vikings exilados.

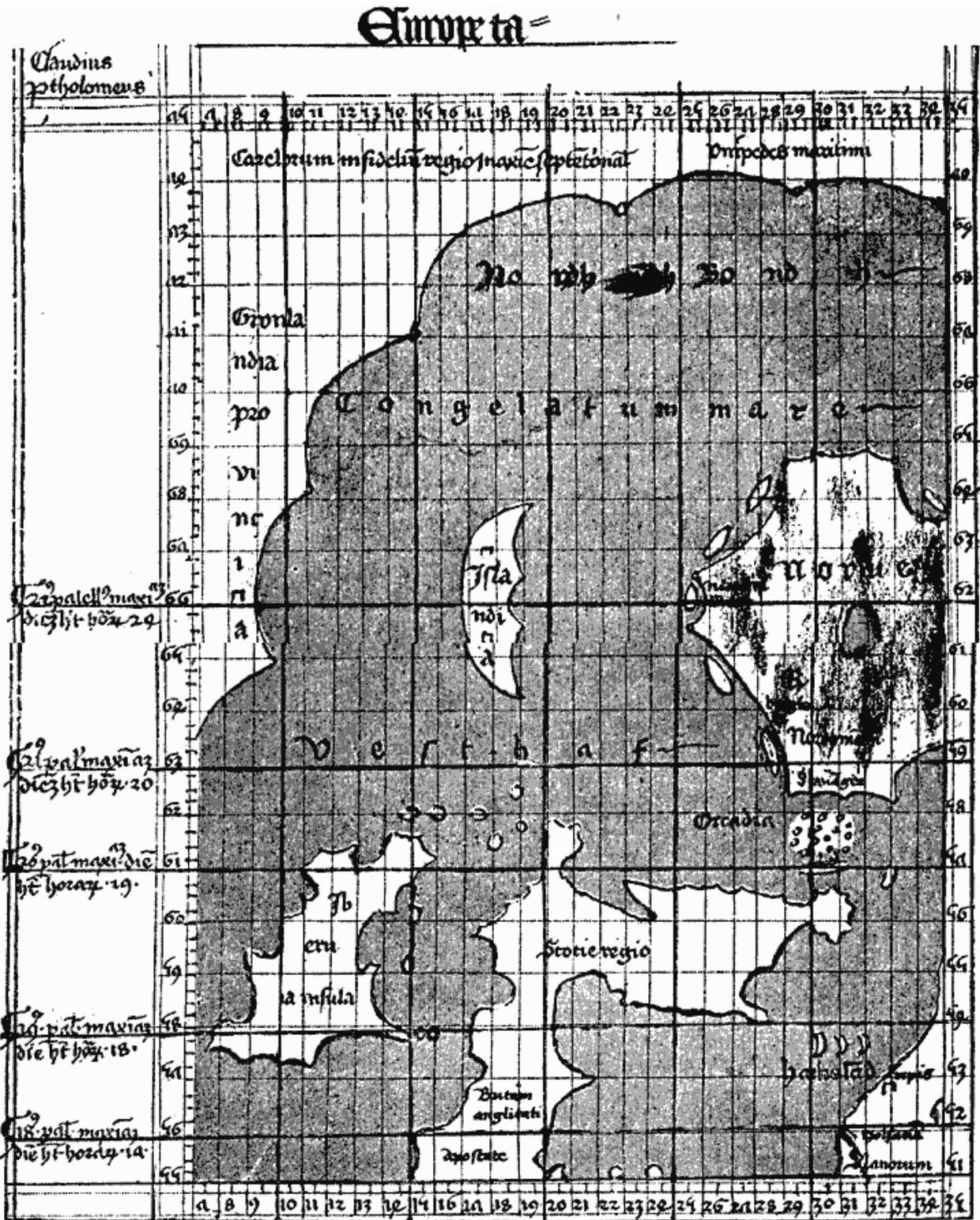


Figura 1 - Mapa de Claudius Clavus, 1527 in Claudius Clavus, mapa de 1927 com representações da Europa do Norte e da Gronelândia. Boa parte da obra de Claudius Clavus acabou por se perder ao longo do tempo. No entanto, as partes originais da obra que sobraram podem ser consultadas na Biblioteca de Nancy, em França e online em https://www.academia.edu/74607591/1427_Claudius_Clavus_First_Map_of_the_North_Nancy_Map_Ms_354_Biblioth%C3%A8que_de_Nancy_Nancy_FR_Cartographic_Evidence_of_the_Pre_Columbian_Ne_wport_Tower_a_18/07/2022

A Terra Nova e Labrador antes da chegada dos portugueses

– Os Beothuk e os Inuit

Um dos aspetos fundamentais da História da expansão marítima europeia é o facto de terem existido nos territórios explorados, antes da chegada dos navegadores europeus, várias comunidades organizadas com estruturas sociais, políticas e culturais próprias desenvolvidas ao longo de vários séculos. Alguns destes casos destacaram-se quer pela sua dimensão humana quer pelo nível de desenvolvimento urbano e civilizacional alcançado, tais como os Astecas, os Incas e os Maias. Um caso bem ilustrativo desta realidade é a cidade de Tenochitlan, capital do Império Asteca e que à altura da chegada de Hernan Cortés à América Central, em 1519, era uma das maiores cidades do mundo, possuindo um nível de desenvolvimento urbano capaz de impressionar os conquistadores espanhóis, integrando em si já redes de saneamento urbano que deixavam Paris parecer uma cidade pobre e degradada, apesar de ser uma das mais bem-sucedidas da Europa no início do século XVI²³.

O caso da Terra Nova e do Mar de Labrador não foi diferente e sabemos hoje que quando os portugueses chegaram à região existiam comunidades indígenas que faziam daqueles territórios a sua casa. Esta informação pode ser comprovada recorrendo a duas fontes principais que relatam esse contacto: a primeira delas é o Planisfério de Cantino, inscrito com vários textos sobre as diversas regiões representadas e em que, no caso concreto da Terra Nova, se lê especificamente:

“terra he descoberta por mandado do muy alto escelentissimo Rey Dom mnauell de Portugall aqual descobrio gaspar de corte-real (...)aquando a descobrio mandou hu navio co pretos que achou na dita terra (...)”²⁴.

A segunda fonte é a *Crónica do Muy Alto Rey Dom Manuel*, na qual se lê o seguinte:

²³ HASSING, Ross (1945) *México and Spanish Conquest*, Oklahoma, University of Oklahoma Press : Norman, p.101

²⁴ Veja-se a inscrição correspondente à Terra Nova inserida no Planisfério de Cantino

“(...)os habitantes dessa terra são muito bárbaros e agrestes, quase como os de Santa Cruz, com a diferença de que são brancos e tao curtidos pelo frio que a alvura se lhes prende com a idade, tornando-se baços. São de corpo meao, ligeiros e grandes frecheiros, servem-se de paus tostados em lugar de azagaias, vestem-se de peles de animais. Vivem em rochas, cavernas e choupanas, não teem religião, creem em agoiros; respeitam o matrimónio e são ciosos de suas mulheres, no que se parecem com os lapões. (...)”²⁵

Tendo em conta as áreas exploradas por Gaspar Corte-Real e a originalidade da referência a indígenas na região torna-se então possível sublinhar dois aspetos fundamentais da História da Expansão Portuguesa na região: por um lado, é possível identificar o ano de 1501 como o primeiro em que se travaram contactos documentados entre europeus e indígenas norte-americanos e, por outro, que os Corte-Real tiveram aqui um papel preponderante, dado o facto de terem enviado a Portugal um navio com os primeiros nativos americanos a chegar à Europa. Além destas deduções, é possível evidentemente concluir ainda que existia já vida humana na região da Terra Nova e que a história desta região e do continente americano não teve o seu início com a chegada dos portugueses ou dos europeus em geral.

No entanto e apesar da riqueza de informações contidas nestes dois documentos, é importante atender ao facto de nenhum dos textos mencionar o nome dos indígenas conhecidos ou a região geográfica concreta em que estes terão sido contactados pela primeira vez, permanecendo assim a dúvida sobre quem seriam e onde habitavam. Partindo da análise das fontes procedida no terceiro capítulo desta tese é possível identificar as duas regiões possíveis onde este contacto terá ocorrido: por um lado, pode ter sido na própria ilha da Terra Nova, onde sabemos que os Corte-Real estiveram e desembarcaram; por outro pode ter sido nas linhas costeiras do noroeste americano banhadas pelo Mar de Labrador. A exploração destes dois espaços geográficos restringe então também a identificação de duas comunidades indígenas diferentes, que são certamente as mencionadas por Damião de Góis na crónica acima citada, restando assim duas hipóteses para o seu reconhecimento: os Beothuk e os Inuit.

²⁵ DAMIAO, Góis de (1965), *Crónica de D. Manuel I*, Edição amigos do Livro, Lisboa, p. 168

Apesar da sua proximidade geográfica é fundamental termos em conta que por serem duas comunidades intrinsecamente diferentes a sua identificação tem também de ser necessariamente diferente. Ou seja, é importante não identificar os povos nativos da América do Norte e da região do Ártico como uma unidade social, cultural e política abrangente, comumente designada por Esquimó. Com efeito, incorrer neste tipo de generalização consiste sempre num erro que prejudica não só o conhecimento que construímos sobre a humanidade, como também respeito devido à integridade individual única de cada grupo analisado.

Os Beothuk eram descendentes das primeiras populações asiáticas a chegar à América através do Estreito de Bering e dos primeiros povos a instalarem-se na costa oriental americana por volta do ano 3000 AC²⁶. Devido à existência de poucas fontes históricas sobre esta comunidade não conseguimos hoje construir um vasto conhecimento sobre a sua natureza, passado ou cultura, sendo apenas possível conhecer a sua História através de hipóteses e teses arqueológicas até então levantadas e elencadas em bibliografia de origem maioritariamente norte-americana. No entanto e dentro do âmbito de investigação desta tese, existem com certeza alguns dados que nos podem ser uteis para compreender a sua existência e contacto com os europeus. Segundo Ingeborg Marshal, antropóloga canadiana que desenvolveu a maior parte da sua investigação em torno desta comunidade indígena, os Beothuk caracterizavam-se maioritariamente por ser uma sociedade recolectora que baseava a sua economia na caça e na exploração marítima migrando constantemente entre o interior e a área costeira da Terra Nova. A nível tecnológico, as ferramentas construídas em pedra eram abundantes entre a comunidade, bem como as armas a que faziam recurso. Ao contrário de outros indígenas da América do Norte, os Beothuk concentravam a sua presença na ilha da Terra Nova e não migravam sazonalmente longas distâncias em direção ao norte e interior meteorologicamente severo do Ártico. As embarcações por eles utilizadas eram também de pequeno porte, podendo ser caracterizadas como canoas, não permitindo assim que viajassem distâncias consideráveis além da linha de costa²⁷.

À semelhança de parte considerável dos povos indígenas americanos os Beothuk acabaram por não resistir a todas as alterações ocorridas na América a partir do início do

²⁶ MARSHAL, Ingeborg (1996), *History and Ethnography of the Beothuk*, McGill-Queen's Press University, Londres p. 13-14

²⁷ *Ibidem*, p. 14

século XVI. A sua existência terá sido desde logo perturbada com a chegada dos europeus, sofrendo desde o início com a fragilidade com que outras comunidades indígenas se depararam – a fraca capacidade imunológica para lidar com doenças tipicamente europeias, como por exemplo a varíola. Além disso, a escassez de recursos também se tornou evidente com o passar dos anos, fazendo com que a caça e pesca se tornassem cada vez mais difíceis de praticar, levando logicamente a uma série de severas crises de alimentos que provocaram fomes constantes no seio da comunidade. A acessibilidade à fauna e flora também se agudizou, pelo facto de os Beothuk procurarem maioritariamente evitar contacto com os europeus, obrigando-os a procurar constantemente novas zonas que se encontrassem livres da presença europeia na região.

No início do século XVII, a invasão Inuit à Terra Nova dificultou ainda mais a sobrevivência dos Beothuk, uma vez que, para além da dizimação de uma parte considerável da população, a sua dispersão se registou ainda com mais notoriedade, conduzindo assim ao seu enfraquecimento como comunidade cultural única²⁸. Todos estes fatores levaram a que no início do século XIX os Beothuk se tenham completamente extinguido. A última sobrevivente conhecida, Shanawdithit, terá morrido em 1829, com cerca de 27 anos de idade, vítima de tuberculose. A tomada de consciência da sua existência por parte dos colonizadores europeus fez com que a sua representação se tornasse uma das mais típicas relativamente à comunidade Beothuk, resultando do contacto travado com ela a maioria das informações que hoje conhecemos sobre este grupo étnico da América do Norte²⁹.

Os Inuit, ao contrário dos Beothuk, continuam a ser uma das comunidades indígenas com maior expressão no território canadiano, não tendo perecido perante os desafios levantados pela chegada dos europeus ao seu território. O facto de serem um povo historicamente nómada justifica em grande parte esta realidade. Atualmente, existem quatro grupos administrativos independentes que juntos formam a comunidade Inuit: os Inuvialuit, no extremo ocidente do território canadiano, os Nunavut, na região central do extremo norte do país, os Nunavik, a norte do estado do Québec e os Nunatsiavut, na região costeira da Terra Nova e Mar de Labrador. Sabemos também que estes quatro grupos ocupam e ocuparam desde sempre áreas geográficas muito mais

²⁸ Pastore, R. (1989). *The Collapse of the Beothuk World*. *Acadiensis*, 19(1), 52–71

²⁹ Marshall, Ingeborg. (2006). "Shanawdithit, or Nance, Nancy April". In Hallowell, Gerald (ed.). *The Oxford companion to Canadian history*. Oxford: Oxford Univ. Press 11 February 2018

vastas que os Beothuk, o que explica o facto de não terem enfrentado a escassez e pouca acessibilidade a recursos e alimentos. Na prática, ao observarmos mapas produzidos recentemente sobre a distribuição desta comunidade, tomamos consciência de que a sua área de ocupação se estende desde a fronteira do estado norte-americano do Alasca até ao Mar de Labrador, concentrando a sua presença em todo o Círculo Polar Ártico. Outro dos aspetos justificativos da sobrevivência dos Inuit face aos Beothuk diz respeito ao modo como os primeiros se organizavam para combater e contornar as dificuldades levantadas pelos exploradores europeus. Como mencionei anteriormente neste mesmo capítulo, os Beothuk procuravam evitar o contacto com os europeus isolando-se dentro do próprio território da Terra Nova, ao passo que os Inuit viajavam distâncias muito maiores dividindo-se em pequenos grupos, de modo a dificultar emboscadas ou a recolha de informações por parte dos exploradores europeus. Este tipo de estratégia facilitou também a subsistência dos membros da comunidade, uma vez que a maior dispersão populacional e territorial permitia acesso a áreas maiores e com mais variedade de recursos. Além disto, os Inuit desenvolveram ainda capacidades bélicas para combaterem a presença europeia, Fontes históricas relatam a utilização de arcos, flechas e outras armas de arremesso contra os seus inimigos, conferindo-lhes assim maior capacidade de resistência³⁰.

Segundo Ingeborg Marshal, antropóloga que desenvolveu uma das mais vastas investigações sobre os Beothuk, a identificação da origem étnica dos indígenas trazidos para a Europa pelas embarcações comandadas por Gaspar Corte Real permanece desconhecida, uma vez que as fontes escritas carecem de informações mais detalhadas sobre esses indivíduos. No entanto, tendo em conta as rotas percorridas pelo navegador português e as descrições feitas por Damião de Gois na crónica citada, dão motivos para crer que os indígenas levados até Portugal fossem Inuits, em vez de Beothuks. O carácter bélico descrito pelo cronista português coincide com os factos que hoje conhecemos das duas comunidades.

³⁰ FOSSETT, Renne (2001), *In Order to Live Untroubled – Inuit of the Central Arctic, 1550 to 1940*, The University of Manitoba Press, Manitoba, p. 38-40

Capítulo II

Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera – 1452

Estes dois navegadores e as viagens por eles realizadas são desde já os primeiros a ser identificados em fontes escritas quinhentistas sobre os primórdios henriquinos da expansão portuguesa no Mar de Lavrador. Especificamente, podemos sublinhar 3 documentos com especial singularidade neste sentido: o primeiro deles é uma carta de Fernando Colombo, filho do celebre navegador Cristóvão Colombo, que se dedicou em vida a escrever e promover o descobrimento do pai; o segundo documento é “Historia de Las Indias“, da autoria de Bartolomeu de Las Casas, um dos cronistas castelhanos que mais escreveu sobre a expansão marítima portuguesa e espanhola ao longo do século XV e XVI e o terceiro é um conjunto de escritos que resultaram de uma serie de litígios ocorridos entre os herdeiros de Colombo e os herdeiros de Martim Alonso Pizon, outro celebre navegador que esteve ao serviço da coroa espanhola. É de notar que este terceiro documento é especialmente curioso uma vez que foi redigido entre os anos de 1532 e 1535 na sequência de uma batalha burocrática e judicial em que se jogou o verdadeiro prestígio de Colombo e Pizon no descobrimento da América, contendo assim diversas informações sobre viagens realizadas no Atlântico Norte ao longo do século XV. Antes de proceder à leitura de cada um dos documentos é importante notar que tanto a fonte de Fernando Colombo, como a crónica de Las Casas estão intimamente relacionadas. Isto é, Colombo utilizou como principal fonte para os diários que escreveu sobre a vida do seu pai as próprias anotações que Cristóvão Colombo tinha deixado após a sua morte e Las Casas escreveu a sua crónica tendo por base os escritos de Fernando Colombo, significando assim que ambos os documentos têm por base o mesmo relato, contendo, por isso as informações idênticas.

Prestando atenção aos primeiros dois documentos é nos possível identificar desde logo Diogo de Teive como escudeiro do Infante D. Henrique, estando por isso próximo de todos os planos de expansão que se engendravam à altura, enquanto Pero Vasquez é apresentado como piloto ao serviço da coroa portuguesa. Segundo o cronista, estes navegadores terão partido da ilha do Faial em direção a sudoeste, encontrando em primeiro lugar a Ilha das Flores, no Arquipélago dos Açores. Após a descoberta deste território Diogo de Teive e Pero Vasquez depararam-se com um conjunto de fortes ventos

que os obrigaram a seguir o rumo Nordeste, em direção à Irlanda, atingindo assim o Cabo Clear. Este cabo terá sido a última paragem desta expedição antes do regresso dos navegadores a Portugal porque, segundo o relato presente nesta fonte, a proximidade do Inverno em pleno mês de agosto já se fazia notar. Além disso, a existência de fortes ventos motivou ao fim da viagem de Teive e Pero Vasquez. O relato de Las Casas acrescenta ainda o importante pormenor de que enquanto se dirigiam para a Irlanda a expedição de Ocidente que acabaram por avistar terra num dos extremos do Atlântico, ou seja, o que hoje reconhecemos possivelmente como sendo a Terra Nova ou a Gronelândia. Com efeito, nem Las Casas nem Fernando Colombo omitiram nos seus escritos a possibilidade de avistamento da América por parte dos portugueses quarenta anos antes da descoberta feita por Cristóvão Colombo. Este documento menciona, portanto, a possível descoberta por parte dos portugueses da Terra Nova.

Apesar disso, como fica explícito na leitura da carta de Fernando Colombo, em nenhum momento se admite a possibilidade de descoberta do território da Terra Nova, ficando, por isso, pouco claro o verdadeiro significado da expedição feita por estes navegadores. Além disso, é importante ter em atenção as localizações geográficas mencionadas neste documento: o Cabo Clear, na Irlanda fica exatamente no lado geográfico oposto ao da Terra Nova, apresentando uma longitude bastante inversa à da que se propõe que fosse o objetivo das expedições de Diogo de Teive.

Já na documentação sobre os Pleitos, a questão de descobrimento por parte de Diogo de Teive ganha outros contornos. Pero Vasquez de la Frontera é nesta fonte citado três vezes por testemunhas que tinham viajado juntamente com Colombo e Pizon. Numa dessas referências, Alonso Velez, Alcaide maior da Cidade de Palos, diz que Pero Vasquez embarcou numa das viagens empreendidas por Pizon e que na qualidade de piloto aconselhou este almirante sobre os rumos que deveria tomar para chegar até à América, informando-o ainda de que já tinha ali navegado sob as ordens do infante português D. Henrique.

Ao comparar os dois documentos deparamo-nos com uma diferença substancial que deve ser sublinhada: enquanto a crónica de Las Casas e a carta de Fernando Colombo admitem apenas o avistamento de terras a ocidente por parte dos navegadores de Diogo de Teive, os Pleitos assumem que Pero Vasquez, navegador que tinha estado ao serviço de D. Henrique, tinha já navegado em direção à América e que além disso teria dado informações ao almirante castelhano sobre quais as melhores rotas para atingir tal destino.

Tal dicotomia levanta duas hipóteses diferentes a serem analisadas: a primeira que defende a tese de que Diogo de Teive e Pero Vasquez não descobriram nem a Gronelândia nem a Terra Nova, uma vez que não conseguiram contornar as adversidades físicas do Atlântico para tal fim e a segunda que defende a tese de que sim, Pero Vasquez já teria navegado na costa americana aquando do seu tempo de serviço ao lado de Diogo de Teive.

A existência destas duas possibilidades fomentou já alguma discussão historiográfica em Portugal sobre o sucedido. Jaime Cortesão pronunciou-se relativamente às fontes produzidas tanto por Fernando Colombo como por Bartolomeu de Las Casas de forma bastante incisiva, caracterizando-as como uma “vil invenção e como uma falsificação e mutilação consciente dos textos”³¹ que tinha por objetivo “diminuir o valor de tais informes” a fim de aumentar o prestígio dado pela coroa espanhola a Cristóvão Colombo.³² Com estas afirmações, o historiador português levantou desde logo a sua posição contrária relativamente às fontes produzidas pelo filho de Cristóvão Colombo, sustentando a sua argumentação em referências aos Pleitos, já citados anteriormente neste capítulo.

Outros historiadores portugueses acabaram também por se pronunciar sobre a viagem de Diogo de Teive e Pero Vasquez aos bancos da Terra Nova. É o caso de Duarte Leite, por exemplo, que acabou por defender a descoberta desta região da América do Norte por parte dos portugueses. No entanto, a justificação dada por este historiador pode ser considerada bastante dúbia uma vez que para si, o feito da expedição se deveu -a um milagre de inspiração- por parte do Infante D. Henrique, não apresentando neste sentido nenhum outro tipo de argumentação que sustente cientificamente a hipótese da descoberta portuguesa. O próprio historiador questiona a sua argumentação, motivo pelo qual não a podemos considerar historiograficamente relevante neste assunto.

Damião Peres e Batista de Lima são outros dos historiadores que avançaram com respostas a Jaime Cortesão, defendendo a tese de que Diogo de Teive e Pero Vasquez teriam sido os verdadeiros descobridores da Terra Nova. Para sustentarem a sua hipótese alegaram fundamentalmente sobre um episódio curioso da vida do primeiro navegador: Teive ter-se-ia tornado concessionário de um engenho de Açúcar, passados poucos meses da viagem à Terra Nova, o que leva a que estes historiadores associem a concessão de

³¹ CORTESÃO (1933), Jaime, *A Viagem de Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452*, Imprensa da Armada, Lisboa, p. 9

³² *Ibidem*, *Ibidem*, p. 9

uma propriedade fixa e em terras já conhecidas à possível desilusão e medo adquiridos pelo escudeiro de D. Henrique após a visita ao Mar de Labrador. Com efeito, as condições de navegação, o clima e o território pouco produtivo encontrado não acalentavam grandes hipóteses de exploração, o que o poderá ter levado a desistir das expedições sobre as quais estava encarregue pelo infante. Na prática, sabemos que Diogo de Teive se recusou a aventurar novamente para latitudes tao altas como as da Terra Nova e Islândia, acabando por falecer em virtude de quezílias com a corte³³.

Já Vitorino Magalhães Godinho defendeu uma posição contrária à destes historiadores. Tendo consultado os documentos acima referidos, chegou a algumas conclusões dissidentes que agora torno presentes neste capítulo: relativamente aos Pleitos de Colombo, Magalhães Godinho afirma que a partir da leitura dos questionários quinhentistas podemos concluir que efetivamente foi realizada uma viagem a ocidente que terá acontecido alguns anos antes às expedições de Colombo e de Pizon, não sendo, no entanto, possível aferir a partir dos documentos nem a data das viagens realizadas nem os pontos geográficos atingidos pelos navegadores portugueses. Além disto, afirma que não é completamente seguro aceitar a defesa da tese de Jaime Cortesão sobre o equívoco proposital de Fernando Colombo relativamente ao erro de navegação que levou Diogo de Teive e Pero Vaquez para o nordeste de modo a atingirem o Cabo Clear, na Irlanda. Ou seja, o que Magalhães Godinho afirma que as correções feitas por Cortesão às latitudes das viagens são meramente especulativas e que sendo assim não nos será hoje possível considerar a credibilidade nem dos Pleitos de 1532-34, nem dos diários escritos por Fernando Colombo, nem da crónica de Bartolomeu de Las Casas³⁴.

Tendo em conta as considerações feitas pelos historiadores portugueses acima citados e a leitura atenta das fontes já apresentadas permanecem em aberto algumas questões. A primeira delas diz desde logo respeito aos motivos pelos quais a coroa portuguesa, na pessoa do Infante D. Henrique, teria financiado e suportado uma viagem de expansão que partisse do grupo ocidental do arquipélago Açoreano em direção a nordeste, de modo a atingir a Irlanda ou a Islândia. De facto, o território irlandês era relativamente bem conhecido ao logo do século XV na Europa e, como tal, não existiria motivo para que se tentassem descobrir territórios na sua longitude. Em segundo lugar

³³ CORTESÃO, Jaime (1933) *A Viagem de Diogo de Teive e Pero Vaquez de la Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452*, Imprensa da Armada, Lisboa

³⁴ GODINHO (2011), Vitorino Magalhães, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, INCM, Lisboa, Vol. III, pp.348-362

importa ter em conta que em 1452, data da viagem de Diogo Teive, a navegação no Atlântico Norte era já relativamente bem conhecida. Neste sentido temos de ter em conta que o Arquipélago dos Açores se encontrava a esta altura já descoberto e em vias de povoamento e colonização. Isto implica necessariamente que se conhecessem à época as rotas marítimas que permitissem navegar ao longo do Oceano Atlântico sem que fossem cometidos erros de maior. Além disso, é de mencionar o Almirante Gago Coutinho, geógrafo e profundo conhecedor das correntes e ventos do Oceano Atlântico, referindo-se às navegações nesta região do globo ao longo do século XV, defendendo a possibilidade de tempestades e ventos fortes empurrarem as embarcações para ocidente³⁵ e não o contrário, como sugerem os escritos de Fernando Colombo. Outro fator importante a ter em conta antes de descredibilizar totalmente a hipótese de descoberta da Terra Nova por Diogo de Teive e Pero Vasquez diz respeito à doação da Ilha do Corvo ao primeiro em 1453, por D. Afonso V e da concessão da exploração de Açúcar na Ilha da Madeira durante o mesmo ano. Tais doações são notáveis tendo em conta a realidade política da época e merecê-las é já um sinal de reconhecimento por parte da coroa portuguesa aos serviços prestados pelo navegador. Uma viagem equivocada à Irlanda ou à Islândia não motivaria certamente tal tipo de recompensa, o que nos deixa mais próximos de crer na hipótese de que Teive e Pero Vasquez descobriram efetivamente territórios bastante a norte no extremo ocidente do Atlântico.

Por fim e para melhor clarificar esta problemática, é fundamental ter em conta a própria configuração física do Oceano Atlântico. Refiro-me em particular ao já conhecido Mar dos Sargãos e às suas peculiaridades. Como podemos observar no mapa da Figura 2, as correntes marítimas do Atlântico Norte funcionam de forma circular, partindo de leste para oeste e formando um circuito que vai de norte para sul no sentido de quem sai de qualquer ponto do Arquipélago dos Açores, como terá sido o caso de Diogo de Teive e Pero Vasquez. Na prática o que isto significa é que quem navega para Ocidente no Atlântico Norte é naturalmente levado em primeiro lugar para as Antilhas (o que coincide com a informação prestada na Carta de Fernando Colombo) e em segundo empurrado mais para norte, em direção à costa do atual Canadá e, por isso, Terra Nova. Além disso, a análise das correntes marítimas do Mar dos Sargãos permitem-nos também chegar à

³⁵ PERES (1959), Damião, *A História dos Descobrimentos Portugueses*, Vertente, Lisboa p. 38

conclusão de que seria pouco provável navegar por engano até ao Cabo Clear, na Irlanda, tal como Fernando Colombo e Bartolomeu de Las Casas propuseram.

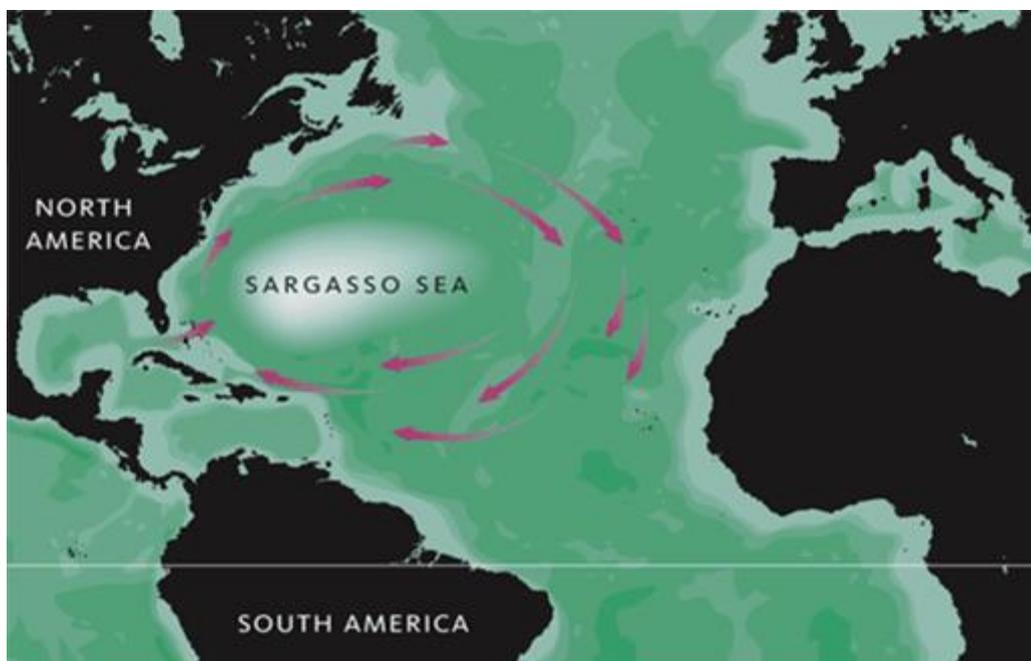


Figura 2 - Mar dos Saragossos
https://pt.wikipedia.org/wiki/Mar_dos_Sarga%C3%A7os#/media/Ficheiro:Sargasso.png consultado a 23/09/2022

Tendo em conta todas as informações aqui prestadas sobre o possível descobrimento da Terra Nova por parte de Diogo Teive e Pero Vasquez é possível concluir que, não existindo nenhum documento oficial que garanta a originalidade da descoberta destes navegadores, não é possível à comunidade historiográfica reconhecer-lhes de forma indubitável o mérito de tal feito. No entanto, a informação contida nestas fontes escritas bem como a consideração das condicionantes físicas do Atlântico Norte e a associação com as navegações que até então já se realizavam em direção ao Arquipélago dos Açores não é completamente descabido defender a hipótese de que os primeiros europeus a terem avistado os bancos da Terra Nova e a Gronelândia ao longo da Época Moderna terem sido efetivamente os navegadores que aqui tratei. Além disso, o conjunto de doações prestadas a Diogo de Teive em 1453 reforçam ainda mais a ideia de este ter descoberto territórios que até então eram desconhecidos à Coroa Portuguesa.

A viagem de Diogo de Teive e Pero Vasquez representou apenas o início de uma série de expedições até ao Atlântico Norte que acabaram por surtir maiores efeitos a partir

do início do século XVI. Como veremos nos próximos capítulos desta tese, as expedições destes dois navegadores serviram ainda para reforçar a ideia que então existia de uma possível passagem noroeste para o Oriente, ou pelo menos a percepção de que seria possível atingir a China através dos territórios avistados por Diogo de Teive e Pero Vaquez. Por outras palavras, isto significa que os dois navegadores portugueses vieram dar alento ao então recente trabalho de Clavius Clavus³⁶ que delineava cartograficamente pela primeira o território da atual Gronelândia, inspirando-se em lendas e canções escandinavas que a ele se referiam. A existência de territórios a ocidente do Atlântico começou então a sair do imaginário europeu para passar a integrar os desígnios expansionistas de Portugal, Espanha e Dinamarca³⁷.

³⁶ Claudius Clavus, mapa de 1492 com representações da Europa do Norte e da Gronelândia. Boa parte da obra de Claudius Clavus acabou por se perder ao longo do tempo. No entanto, as partes originais da obra que sobraram podem ser consultadas na Biblioteca de Nancy, em França e online em

https://www.academia.edu/74607591/1427_Claudius_Clavus_First_Map_of_the_North_Nancy_Map_Ms_354_Biblioth%C3%A8que_de_Nancy_Nancy_FR_Cartographic_Evidence_of_the_Pre_Columbian_Newport_Tower

³⁷ Sobre a participação dinamarquesa nas viagens portuguesas até ocidente veja-se o próximo capítulo desta tese.

Capítulo III

A família Corte-Real e as viagens aos bancos da Terra Nova

As viagens empreendidas pelos irmãos Corte-Real até à Terra Nova são provavelmente as mais reconhecidas da historiografia sobre a expansão portuguesa no Ocidente do Oceano Atlântico. Com efeito, as expedições ocorridas entre 1500 e 1503 pelos membros desta família são das melhor documentadas com fontes que mencionam não só a permissão para que as viagens se realizassem como também as consequências trágicas dessas mesmas viagens. Como veremos mais à frente neste capítulo, os irmãos Corte-Real não tiveram sucesso nas suas expedições. Contudo, estão profundamente relacionados com o principal ponto de mudança de consciência dos navegadores portugueses sobre os territórios a que hoje chamamos Canadá.

No entanto, antes de referir as viagens quinhentistas dos Corte-Real, considero importante lançar uma leitura sobre os antecedentes que lhes ocorreram. Na prática, o nome desta família já estava envolvido com a expansão portuguesa no Atlântico Norte bem antes da partida de Gaspar Corte-Real, em 1500. Para melhor compreendermos esta relação importa ter em mente que a dinastia de Avis tinha já relações familiares e políticas formadas com as famílias reais do Norte da Europa. Como Eduardo Brazão nos explica em *Os Corte Reais e o Novo Mundo*³⁸, desde a primeira dinastia portuguesa, fundada por D. Afonso Henriques, que a coroa portuguesa mantinha laços estreitos com os monarcas ingleses e dinamarqueses, quer através de matrimónios, quer através de relações de consanguinidade relacionadas com as descendências de cada monarca³⁹. Essas relações não se limitaram à dinastia afonsina e prolongaram-se pela de Avis, com a Ínclita Geração a ter relação de parentesco em segundo grau, ou seja, na qualidade de primos, com Erico III, rei da Escandinávia⁴⁰. As relações entre os monarcas escandinavos e portugueses não se limitaram a uma política de matrimónios próxima, mas também às viagens marítimas feitas até ao ocidente. Como já foi bem apurado pela historiografia, os portugueses desenvolveram ao longo do século XV o seu interesse nas suas explorações marítimas e tinham como principal objetivo a descoberta do caminho marítimo para o Oriente. No

³⁸ BRASÃO (1965), Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AGU, Lisboa

³⁹ *Ibidem*, *Ibidem*, pp. 15-37

⁴⁰ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 21

entanto e o que muitas vezes é descurado, é a possibilidade do achamento desse caminho não se ter feito apenas pela costa africana e sim também pelo ocidente do Atlântico como tenho destacado tese. É precisamente neste sentido que se inclui o interesse escandinavo nas viagens quatrocentistas pelo norte do Atlântico. O imaginário escandinavo estava repleto de lendas que falavam sobre as terras frias que os vikings, considerados seus ancestrais, tinham alcançado no século IX e X e, como tal, as viagens realizadas pelos portugueses deram novo folego ao interesse dos monarcas do Norte. Por este motivo, os monarcas escandinavos terão enviado para Portugal navegadores que estiveram ao serviço do Infante D. Henrique com a missão de auxiliar os portugueses nas navegações do Atlântico Norte. Em sequência disto, tal viagem terá acontecido entre os anos de 1471-72⁴¹.

No entanto, os contornos desta viagem bem como os seus integrantes continuam hoje envoltos em mistério sem que existam fontes que nos permitam conhecer com rigor a sua natureza. Podemos, porém, deduzir a possibilidade da presença de João Vaz Corte-Real a partir de alguns dados existentes em diversos documentos da época, encontrando assim o primeiro Corte-Real envolvido nas navegações quatrocentistas do Atlântico Norte. Especificamente estes documentos são as *Saudades da Terra*⁴², de Gaspar Frutuoso, uma das mais completas fontes escritas sobre os territórios descobertos no Atlântico ao longo do século XV, com menção ao achamento das ilhas do Arquipélago dos Açores e outros territórios na região e o planisfério de Gerardo Mercator, de 1571⁴³. Tais observações foram também já mencionadas por Eduardo Brasão⁴⁴.

Além disto, existem outros documentos que atestam o envolvimento de João Vaz Corte-Real quer nos processos de povoamento das ilhas atlânticas quer nas viagens que então ali se sucediam. Veja-se neste sentido uma carta de doação datada de Abril 1474⁴⁵, outorgada por Dona Beatriz, tutora e curadora do então Duque de Viseu, Infante D. Fernando, concedendo a João Vaz Corte-Real a capitania da Ilha Terceira nos Açores. Como o documento nos indica, após a morte de Jacome de Burges, então capitão desta ilha, o território passou para o poder da família Corte-Real e tal feito deveu-se aos grandes

⁴¹ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 41

⁴² FURTUOSO (1998), Gaspar, *As Saudades da Terra*, Ponta Delgada: Instituto Cultural, Ponta Delgada,

⁴³ Ver Planisfério Gerardo Mercator, 1571

⁴⁴ BRASÃO (1965), Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AGU, Lisboa

⁴⁵ Chancelaria de D. João III, 1º 49, fl. 241

serviços prestados por este ao infante D. Henrique e à coroa portuguesa. Embora a carta de doação não especifique a natureza destes serviços podemos deduzir em sintonia com as outras fontes já aqui apresentadas que se relacionem com o descobrimento da então chamada Terra dos Bacalhaus. Tal dedução ganha ainda mais força se considerarmos que este documento foi escrito apenas dois anos depois da viagem feita pelos portugueses em conjunto com os dinamarqueses ao Atlântico Norte⁴⁶. Esta doação acabou por ser reconfirmada em 1483 por D. Fernando, que reconhece válidas todas as considerações prestadas pela sua mãe em 1474⁴⁷. Esta mesma doação volta a ser reconfirmada em 1488, já pelo rei D. Manuel⁴⁸. Vale a pena sublinhar o facto de que, embora nenhum destes documentos refira explicitamente as viagens de João Vaz Corte-Real, todos mencionam os grandes serviços que este terá prestado à coroa portuguesa ao longo de vários anos. Esses serviços estão sim relacionados com a boa administração que Corte-Real fez nos territórios que lhe foram doados, mas também com as explorações feitas por este no Atlântico.

Gaspar Corte-Real

A participação da família Corte-Real não se extinguiu com a morte de João Corte-Real em 1496. Ganhou pelo contrário novo folego com a sua descendência como irei constatar nos parágrafos seguintes. O donatário da Ilha Terceira terá tido três filhos legítimos, sendo eles respetivamente e por ordem de nascimento, Gaspar Corte-Real, Miguel Corte-Real e Vasco Anes Corte-Real⁴⁹. Os três irmãos sem exceção ficaram envolvidos na empresa que o seu falecido pai teria iniciado em 1472, participando de forma direta ou indireta numa nova vaga de viagens até ao banco da Terra Nova. O primeiro deles a proceder a esta continuidade foi desde logo Gaspar Corte-Real que em maio de 1500, apenas 4 anos após a morte de seu pai, recebeu de D. Manuel⁵⁰ uma carta de doação que lhe concedia a doação de todas as ilhas ou territórios que viesse a descobrir dali em diante. Neste mesmo documento podemos ainda depreender que a decisão de

⁴⁶ Vejam-se os documentos citados na página x desta tese

⁴⁷ Carta de Doação de Maio de 1483 (Chancelaria de D. João III, 1º 3, fl. 246 e 248)

⁴⁸ Chancelaria de D. Sebastião, Confirmações Gerais, 1º 3, fl. 172

⁴⁹ BRASÃO (1965), Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AGU, Lisboa, p. 39

⁵⁰ Chancelaria de D. Manuel, 1º. 13, fl. 26, 3º dipl.

partir em busca de novos territórios partiu do próprio Gaspar Corte-Real, que já havia gasto tempo e meios para que tal viagem se sucedesse:

“(...) e como o dito Gaspar Corte Real por o asy querer fazer com tanto trabalho e perigo he merecedor de toda a honra e merce e acrecentamento por tanto nos praz que descobrimdo Ele e achamdo alguua ilha ou ilhas ou terá firme nos de noso próprio moto poder reall e asaulto temos por bem e lhe fazemos mercee e doaçaaom e lhe outorgamos que em quaes quer ilhas ou tera firme que asy novamente achar ou descobrir Ele tenha e aja de nos de juro e de herdade pera todo o sempre as capitanyas (...)”⁵¹

A partir desta carta de doação podemos concluir que existiam já territórios descobertos no noroeste do oceano Atlântico, pois como o próprio rei indica, as terras que fossem então descobertas por Gaspar Corte-Real seriam acrescentadas aos territórios que já lhe estavam a ser outorgados. Focando-me especificamente sobre a viagem de Gaspar Corte-Real aos bancos da Terra Nova irei tentar traçar o perfil das expedições por ele feitas. Neste sentido, é bom desde já fazer referência a Eduardo Brasão que contribuiu em muito para que o trabalho de tentar compreender estas viagens⁵². Brasão acabou por consultar duas fontes para traçar este perfil, sendo elas a *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, redigida em 1558 por Damião de Góis e o *Tratado ... dos diversos e desvairados caminhos por onde no tempo passado a pimenta e a especiaria veio da India...*⁵³. Segundo estes documentos, que agora torno presentes nesta tese, terão sido realizadas duas expedições distintas ao noroeste por parte de Gaspar Corte-Real. A primeira, que teve início no verão de 1500, não surtiu efeitos de maior uma vez que a nau utilizada pelo navegador terá tomado um rumo demasiado a norte, tendo encontrado apenas o território da atual Gronelândia. Segundo Damião de Góis, Corte-Real terá encontrado:

“uma terra que por ser muito fresca e de muitos arvoredos deu o nome de Terra Verde.”⁵⁴

⁵¹ Livro das Ilhas, fl.62-63

⁵² BRASÃO (1965), Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AGU, Lisboa

⁵³ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 113

⁵⁴ DAMIAO, Góis de (1965), *Crónica de D. Manuel I*, Edição amigos do Livro, Lisboa, p. 168

Ainda na crónica escrita por Damião de Gois ficamos a saber que esta primeira expedição terá terminado após Gaspar Corte-Real ter navegado -boa parte daquela costa-⁵⁵ e que logo no ano seguinte, por tanto em 1501, teria partido novamente de Lisboa em direção ao Atlântico Norte.

Sobre a segunda expedição de Gaspar Corte-Real, Eduardo Brasão traçou um possível rumo seguido. Segundo este autor, o navegador teria partido da Ilha Terceira, nos Açores, com três naus, chegando depois ao Cabo de Farewell, na Gronelândia onde terão sido apanhados por uma violenta tempestade levando-os a mudar rumo da navegação para noroeste, entrando assim no atual Mar de Labrador. Após algum tempo de navegação acabaram por chegar ao Cabo de Mugford, seguindo depois para a Baía de Hamilton e para o Estreito de Belle-Isle. Neste ponto geográfico, as três caravelas seguiram para Sul, batizando cabos e reentrâncias na costa segundo a seguinte ordem cronológica: Cabo de Boa-Vista, Baía de Santa Iria, atualmente chamada de Trinity Bay, Ilha dos Bacalhaus, Baía da Conceição, Farilhão ou Rio Formoso, atualmente chamado de Feryland, Cabo Rojo, Baía Placentia, baptizada na altura como Grande Baía. A este ponto, as três naus que participavam desta expedição separaram-se: apenas a de Corte-Real permaneceu na costa norte-americana e as duas que a acompanhavam regressaram a Lisboa, chegando entre os dias 9 e 10 de agosto de 1500 a este porto, trazendo consigo alguns dos indígenas que encontraram ao longo da viagem empreendida⁵⁶.

⁵⁵ *Ibidem, Ibidem*, p. 168

⁵⁶ BRASÃO (1965), Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AGU, Lisboa, 1965, p. 111-124

Sobre o roteiro traçado por Eduardo Brasão é importante referir que o mesmo foi baseado na observação de Biggar, historiador canadiano que estudou as origens do Canadá e que utilizou como fonte o Planisfério de Cantino, mapa que segundo estes historiadores refere os nomes de todas as localizações geográficas mencionadas no paragrafo anterior. Com efeito, haveria boas razões para credibilizarmos as informações contidas no planisfério, uma vez que foi produzido apenas um ano após a viagem de Gaspar Corte-Real. Como é perceptível nos mapas apresentados abaixo, as inscrições não nos são hoje de fácil leitura e não nos é possível dar total credibilidade à leitura feita por estes dois historiadores. Como eles próprios indicam, as suas indicações são meramente hipotéticas e não conclusivas.

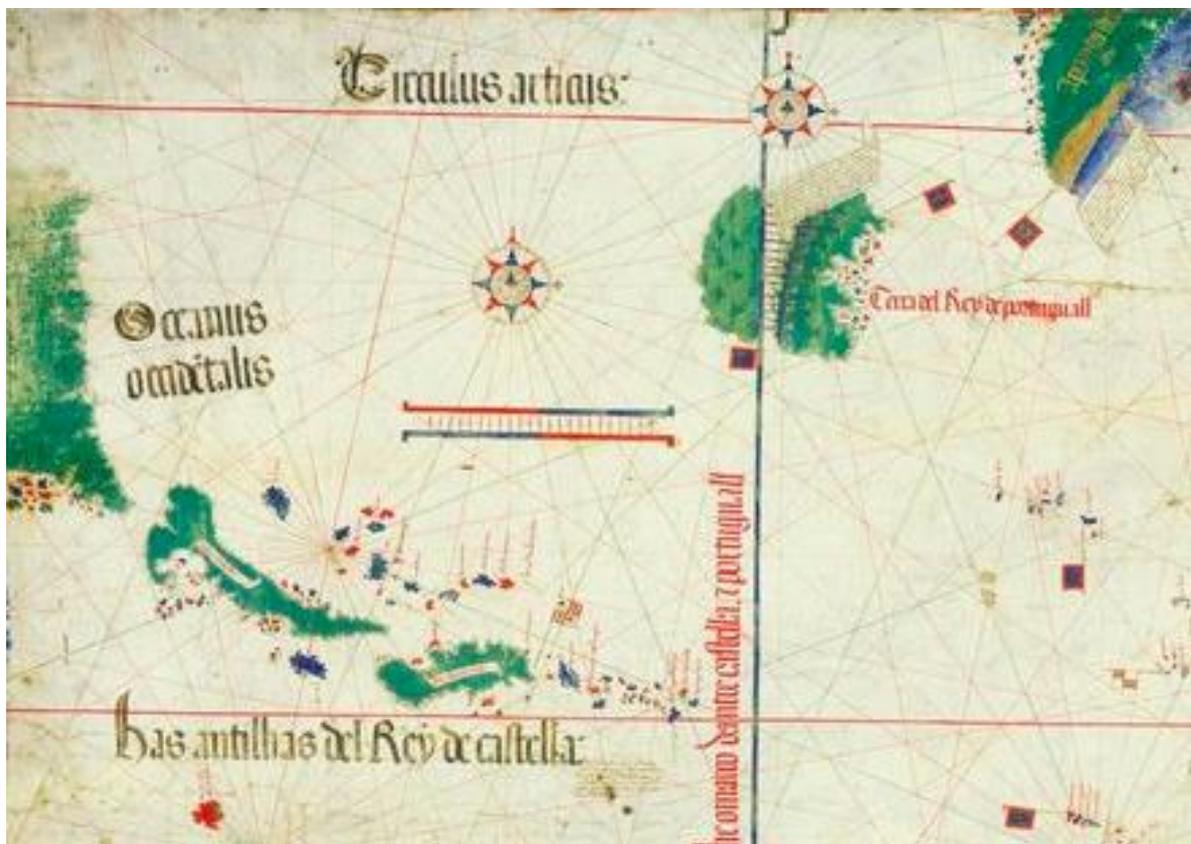


Figura 3 - Excerto retirado do Planisfério de Cantino, de 1502 - Atlântico Central e Atlântico Norte

Ao lermos atentamente o Planisfério Cantino as únicas conclusões que podemos tirar baseiam-se nas duas inscrições legíveis que dão notícia da descoberta portuguesa de territórios nesta região do globo. Numa delas refere-se explicitamente o nome de Gaspar Corte-Real, dizendo o seguinte:

‘‘Esta terra he descoberta per mandado do muy alto escelentissimo (...) Rey Dom mnauell de Portugall aqual descobrio gaspar de corte real cavalleiro na casa do dito rey aquall quando a descobrio mandou hu navio co pretos que achou na dita terra nella ficou na dita terra com outro navio (...) perdido’’⁵⁷

Esta inscrição em específico faz-se ainda acompanhar de uma representação de uma ilha coberta por árvores verdes com o grande e claro título de ‘‘Terra del Rey de Portugall’’. A localização geográfica coincide ainda com a da ilha da Terra Nova, motivo pelo qual podemos crer que este tenha sido o local onde se perdeu definitivamente o contacto de Gaspar Corte-Real, não havendo assim motivos para que possamos acreditar que tal desaparecimento se tenha dado mais a sul, ao largo da costa do continente americano, como defenderam Biggar e Eduardo Brasão.

A par deste território existe outro no Planisfério de Cantino que refere os portugueses como os seus descobridores, dizendo a legenda neste caso o seguinte:

‘‘Esta terra he descober per mandado muy escelentissimo pncipe Dom Manuel Rey de portugall a qual se cree ser esta a ponta dasia E os que a desobriram nam chegaro a terra mais virola nam virom senam serras muyto espessas polla qual segum a opiniom dos cosmofricos se cree ser a ponta dasia’’⁵⁸

Esta segunda inscrição refere-se claramente ao atual território da Gronelândia. Tal conclusão pode ser retirada quer pela forma geográfica fisicamente coincidente com este espaço, quer pela localização onde está representada. Neste caso, a legenda não fornece informações sobre os navegadores que ali terão chegado, no entanto, pela legenda que lhe está sobreposta, podemos depreender que refere também possivelmente a Gaspar Corte-Real. De todas as formas, uma conclusão é certa: embora a nau onde este navegador prosseguia se tenha perdido a importância da viagem por ele empreendida foi

⁵⁷ CORTESAO (1987), Armando, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, p. 11

⁵⁸ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 11

fundamental quer para o conhecimento do Atlântico Norte junto dos príncipes europeus quer para a produção cartográfica que então começava a florescer no continente europeu.

Miguel Corte Real

O já apurado desaparecimento de Gaspar Corte-Real motivou outra serie de viagens por parte de outros membros da sua família. O segundo que se lhe seguiu foi Miguel Corte-Real, seu irmão mais velho, que a 15 de janeiro de 1502 recebeu de D. Manuel uma carta que além de lhe conceder a doação dos territórios descobertos por Gaspar, lhe prestava autorização para seguir numa nova viagem à sua procura:

“Dom Manuel etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que Miguel Corte-Real (...) ora que vemdo elle como Gaspar Corte Real seu irmão avia dias de que partira desta çidade com três nauios a descobrir a terra noua da qual ia tinha achado parte della. E como depois passado tempo vieram dous dos ditos nauios aa dita çidade avera çimquo meses e elle nam vinha que elle o queria hijr buscar (...)”⁵⁹

A partir deste excerto fica clara a intenção de Miguel Corte Real partir numa outra expedição em busca do irmão. Claro que podem existir valores familiares associados a esta vontade, no entanto, as motivações deste irmão podem estar também relacionadas a interesses geopolíticos da família⁶⁰. O mais provável era que isto acontecesse e neste sentido a carta de D. Manuel também clarifica a jurisdição a ser utilizada no caso:

“Miguel Corte Real que sendo o caso que elle nom ache o dito seu yrmaoo ou sendo falecido (...) nos praz que toda a terra firme y ilhas que elle per si (...) e achar alem do seu dito irmaao (...) lhe fazemos della doaçao e merçee (...)”⁶¹

⁵⁹ Livro das Ilhas, fl. 72

⁶⁰ Neste sentido veja-se também BRASÃO (1965), Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AHU, Lisboa, p. 149

⁶¹ Livro das Ilhas – fl. 72

Ou seja, Miguel Corte Real partiu em 1502 noutra viagem até aos bancos da Terra Nova, dando assim continuidade à saga em que a família já se encontrava. À semelhança do que aconteceu com a nau de Gaspar Corte Real também esta viagem se perdeu não sobrando, no entanto, nenhum relato que até hoje tenha sido descoberto de algum dos participantes da expedição. Apesar disto, existem algumas inscrições bastante curiosas cravadas numa pedra, Chamadas Pedra de Dighton ou Dighton Rock, no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos da América e algumas delas supõe-se fazer referência ao navegador que agora trato. Para melhor compreendermos estas inscrições e a própria existência da pedra é útil revisitar a obra de Francisco Fernandes Lopes, que no ensaio *Os Irmãos Corte-Real*⁶² dissertou sobre o que possa estar lá escrito. Segundo o historiador, a proximidade deste marco com o rio Tauton associada a outros fatores naturais como a erosão por exemplo, têm danificado os símbolos e letras que ali estão inscritos⁶³. No entanto, em 1920, o professor Edmund Burke Delabarre procedeu a uma serie de estudos que envolviam técnicas fotográficas à luz do magnésio que permitem proceder a uma reconstituição das inscrições feitas, conseguindo assim algumas conclusões importantes ao investigar a História dos Corte-Real⁶⁴. Embora a leitura feita pelo investigador tenha sido inconclusiva relativamente a alguns dos símbolos representados surgiu a possibilidade de algures nesta mesma pedra estar escrito ‘MIGVEL CORTERAL V DEI HIC DUX IND A.D. DVX IND 1511’⁶⁵. Para Francisco Fernandes Lopes, esta inscrição teria a tradução literal de ‘Miguel Corte-Real aqui chefe dos Índios Ano de 1511’⁶⁶. Há ainda que sublinhar o facto de estar representado o escudo português junto da inscrição mencionada, aumentando assim a credibilidade dos dados que apresentei até agora.

Apesar disto, existem algumas considerações a serem feitas antes de assumirmos a natureza de tais inscrições. A primeira delas diz desde logo respeito à própria forma como a inscrição foi feita: há que notar que este suposto escrito não se encontra toda

⁶² LOPES (1991), Francisco Fernandes, *Os Irmãos Corte-Real*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Edições Culturais da Marinha, Lisboa

⁶³ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 7-8

⁶⁴ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 8

⁶⁵ *Ibidem*, *Ibidem*, 10-11

⁶⁶ *Ibidem*, *Ibidem* p. 10

condensada num conjunto de texto específico e sim disperso. Ao analisar a fotografia e demarcações feitas pelo professor Edmund Delabarre em 1920 notamos deles logo que o possível ``AD1511`` se encontra substancialmente longe da parte onde foi escrito o nome de Miguel Corte-Real sem que existam motivos morfológicos aparentes para que tal discrepância se desse à altura da inscrição. Em segundo lugar, existem outras sequencias de números inscritas que poderiam ser compreendidas como outros anos tais como 1671, 1910, 1825 ou 1592, estando estes números bastante legíveis, mas demasiado próximos uns dos outros para que possamos compartimentá-los em secções específicas que formem referencias a anos que nos são familiares. Além disso e em terceiro lugar, é necessário assinalar o facto de que além dos números existem letras do alfabeto latino que poderiam ser traduzidas para palavras que nos são igualmente familiares, tais como ``PRINCI`` ou príncipe; ``TRAIL`` (que em inglês significa trilha ou caminho) e ``SWAMP`` (que também do inglês significa pântano). Com efeito, apesar destes factos, a palavra ``CORTEREAL`` apresenta-se bem nítida no emaranhado de letras e símbolos da Pedra de Dighton. No entanto, nenhuma das outras indicadas pelos estudos aqui já citados é particularmente demarcável como um código linguístico único ou fragmentado. Do mesmo modo, o brasão de Portugal visto pelos dois historiadores aqui citados é muito pouco perceptível. Na verdade, o único símbolo possível de ser reconhecido na inscrição é o de um triangulo sobreposto a outro triangulo com um único ponto inserido no meio da inscrição, o que não nos permite crer de forma clara que a intenção fosse a de representar um símbolo nacional na pedra, ao contrário do que é sugerido no estudo de Delabarre⁶⁷. Prova disto é a existência de outros desenhos similares ou pelo menos bastante parecidos ao longo deste artefacto.

Analisando agora os aspetos que transcendem a leitura dos traços físicos das inscrições na Pedra de Dighton procedo ao comentário do texto que se supõe estar escrito relativamente a Miguel Corte Real. Para isso tenhamos em conta que o mesmo se encontra escrito em latim e não em português, o que torna fundamental uma tradução ao seu conteúdo. Seguindo este passo, a mensagem ali inscrita resulta num possível ``Miguel Corte-Real Aqui Chefe dos Índios``⁶⁸, o que efetivamente coincide com a tradução

⁶⁷ DELABARRE, Edmund Burke (1928) *Dighton Rock: A Study of the Written Rocks of New England*, Walter Neale, 1928, New York, p. 264-265

⁶⁸ Tradução a partir de FERREIRA, António Gomes (1991) *Dicionário Latim-Português*, Porto Editora, Porto, p. 407

apresentada pelo historiador Francisco Fernandes Lopes.⁶⁹ O mesmo significado é conseguido se traduzirmos a expressão do português arcaico, uma vez que a expressão “DUX” seria escrita ou transcrita como “DUSE”, significando este termo o conceito de aquele que conduz, condutor ou chefe⁷⁰. Ainda em termos etimológicos, seria inegável subentender que Miguel Corte-Real fosse efetivamente um líder de indígenas na região do atual estado de Massachusets, uma vez que “DUX” significaria “DUZER”, expressão que do latim resultava do original “DUCERE”, que significa condutor⁷¹. Ainda sobre o texto, representado na Pedra de Dighton, importa prestar atenção à forma como o nome do navegador foi escrito. Ora, a inscrição do nome de família do navegador foi feita com o grafismo de “CORTEREAL”, sem traços ou espaços que o dividam nas grafias que hoje nos são familiares. Do mesmo modo, se olharmos para a forma como este mesmo nome era escrito no início do século XVI e, portanto, na altura das viagens empreendidas, o mesmo se sucede: todos os documentos escritos sobre os Corte-Real aparecem com o nome separado por um hífen, tal como está escrito na pedra. A única exceção verificada a esta regra regista-se numa carta de doação de D. Manuel a Vasco Eanes Corte-Real, irmão mais velho dos dois navegadores tratados neste capítulo, datada de novembro de 1500⁷². Tal facto levanta questões sobre os motivos que poderão ter levado Miguel, ou qualquer um que tivesse escrito o nome a proceder a tal alteração, sendo este mais um passo para questionarmos a integridade histórica desta pedra.

Tendo todas estas informações em conta, parece-me que o mais correto é não aceitarmos a Pedra de Dighton como uma fonte inquestionável da presença dos Corte-Real pela costa norte americana. Por muito tentadora que seja a hipótese de crer que Miguel Corte-Real se tivesse tornado num líder de um grupo de indígenas nove anos após o seu desaparecimento, tal facto não pode ser comprovado, concluindo assim que tal presunção seja mais um romantismo da História do que historiografia propriamente dita. Além disto, importa sublinhar uma questão fundamental: que motivos teria este navegador para ignorar a missão que lhe foi outorgada por D. Manuel e se alojar na América do Norte para nunca mais dar notícias do seu paradeiro à coroa ou à família?

⁶⁹ LOPES, Francisco Fernandes (1991), *Os Irmãos Corte-Real*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, p. 10

⁷⁰ MOREIRA, Zenóbia Collares (2005) *Dicionário de Língua Portuguesa Arcaica*, Editora da UFRN, Natal, p. 295

⁷¹ MACHADO, José Pedro (2003) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. II, Livros Horizonte, Lisboa, p. 364

⁷² Livro das Ilhas, fl. 386

Não existem razões aparentes para que tal sucedesse, valendo assim a pena lembrar que, além da busca pelo irmão, a ida de Miguel Corte-Real até ao Atlântico Norte representa uma série de benefícios materiais e territoriais não só para ele como para toda a família, sendo por isso descabido acreditar na opção de este se ter tornado -chefe dos Índios- neste território, perdendo assim todo mérito que lhe era prestado na corte portuguesa⁷³.

⁷³ BRASAO (1965), Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AGU, Lisboa, p. 155



Figura 4 - Representações na Pedra de Dighton feitas por Edmund Dela barre - Destaque do Nome Miguel Corte-Real in LOPES (1991), Francisco Fernandes, Os Irmãos Corte-Real, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Edições Culturais da Marinha, Lisboa

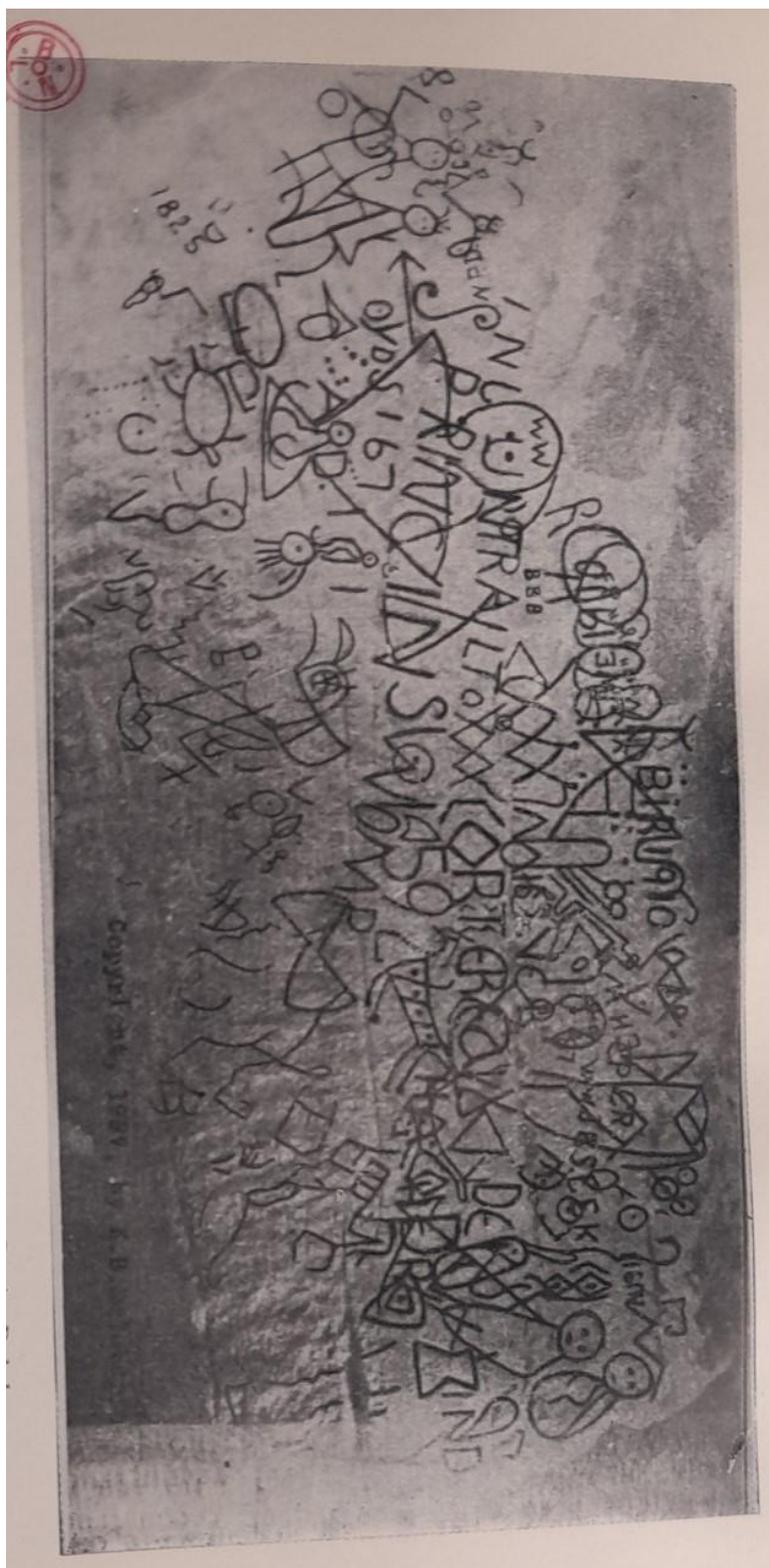


Figura 5 - Representações na Pedra de Dighton feitas por Edmund Delabarre in LOPES (1991), Francisco Fernandes, *Os Irmãos Corte-Real*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Edições Culturais da Marinha, Lisboa

Com o desaparecimento de Miguel Corte-Real os membros desta casa pararam de viajar até aos bancos da Terra Nova, fechando-se assim um capítulo da História desta região. Embora Vasco Eanes Corte-Real, irmão mais velho de Miguel e Gaspar, tenha pedido nova autorização a D. Manuel para realizar mais uma viagem em busca dos familiares, a mesma foi recusada, ficando o seu paradeiro desconhecido até aos dias de hoje⁷⁴.

Apesar disto, o desaparecimento dos navegadores não foi um mero episódio trágico da Expansão Portuguesa, verificando-se assim a proliferação de informações que então surgiram sobre a Terra Nova, a Gronelândia e a América do Norte em Geral. Como mencionei nas páginas anteriores⁷⁵. O Planisfério de Cantino é disso exemplo. No entanto, existem outras produções cartográficas que atestam os contributos da família Corte-Real para o achamento de novos territórios no Atlântico Norte. A Carta de Pedro Reinel, um dos mais conhecidos cartógrafos portugueses do século XVI é disso prova. Além de ser a primeira produção cartográfica conhecida assinada por um português⁷⁶, notamos desde logo que foi produzida apenas um ano após o desaparecimento de Miguel Corte-Real, contendo em si reproduções já bastante fiéis da região do Mar de Labrador e Gronelândia. Ora tais informações coincidem precisamente com os relatos deixados pelos navegadores que regressaram da segunda expedição de Gaspar, o que nos deixa todos os motivos para crer que esta carta tenha sido produzida com base nas informações prestadas pelos mesmos.

Em 1504 surgiu outro planisfério, desta vez da autoria de Pedro Reinel, um dos mais reconhecidos cartógrafos portugueses. Neste caso, a Terra Nova aparece já muito bem representada, contendo ainda uma serie de inscrições que marcavam locais que já tinham sido batizados pelos portugueses que a tinham descoberto até então. Aspeto curioso deste mapa é o facto de este já conter implícita a informação de que este território não se localizava simplesmente a oeste no Atlântico e sim a Noroeste, o que denota o conhecimento sustentado da declinação magnética que se regista nas navegações ao longo do Atlântico Norte. A data de elaboração deste mapa sugere-nos ainda que tenha sido feito com base no relato de navegadores sobreviventes às expedições dos Corte-Reais,

⁷⁴ Neste sentido veja-se também BRASÃO, Eduardo (1965), *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AGU, Lisboa, p. 163

⁷⁵ Ver página 58

⁷⁶ CORTESAO, Armando e MOTA, Avelino T. da (1987), *Portugalae Monumenta Cartographica*, Vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, p. 25

mostrando-se assim uma vez mais o contributo fundamental que as suas viagens prestaram ao reconhecimento do extremo norte Atlântico.



Figura 6 - Carta de 1504 de Pedro Reinel in CORTESAO (1987), Armando, *Portugaliae Monumenta Cartografica*, INCM, Lisboa, Estampa 8

No estudo das viagens dos irmãos Corte-Real Existe ainda mais uma fonte cartográfica relevante para que possamos compreender a importância das viagens realizadas por esta família. O documento em questão é uma carta de autoria anónima, datada de 1506, onde está representado parte do território da Terra Nova e da Gronelândia, com algumas inscrições que merecem a devida atenção. Especificamente, lê-se junto a este segundo território -Terra de corte Riall- indicando assim mais um reconhecimento coevo dos esforços dos irmãos.

⁷⁷ Ibidem, Ibidem, Estampa 8

Capítulo IV

João Alvares Fagundes e a colonização da Terra Nova

João Alvares Fagundes foi outro dos navegadores que mais contribuiu para o achamento de territórios no Noroeste Atlântico, sendo indicado por alguns historiadores como o verdadeiro descobridor da Terra Nova e do Canadá. Com efeito, através das fontes históricas que irei analisar neste capítulo podemos depreender que, de facto, o seu contributo para o mapeamento e navegação nesta região é inquestionável. No entanto, existem alguns historiadores que defendem a tese de que este é efetivamente o descobridor da Terra Nova, não atribuindo assim qualquer tipo de mérito aos navegadores já abordados nos capítulos anteriores. Pedro Magalhães Coutinho é um desses exemplos que aqui refiro. No livro publicado em 2000 intitulado de *Fagundes e a Descoberta do Canadá*⁷⁸, o autor recusa a hipótese de terem sido outros navegadores a descobrir o noroeste do Atlântico. Neste sentido afirma: “(...) e como iremos demonstrar, têm sido muito injustos os historiadores ao darem aos Corte-Reais a glória dessa descoberta, quando nenhum documento digno de fé tal assegure.”⁷⁹ Além desta afirmação este autor desvaloriza algumas das fontes históricas que mais têm contribuído para o estudo do passado do Atlântico Norte e respetivas ilhas atlânticas, questionando de forma retórica de “Que valem como fonte histórica as Saudades da Terra ou a História Insulana do Padre Cordeiro?”⁸⁰ O posicionamento de Pedro Magalhães Coutinho ganha ainda mais força ao negar qualquer possibilidade de João Vaz Corte-Real ter navegado até à Terra Nova, apesar da existência de cartas de doação e outros documentos que atestam tal viagem.⁸¹ Nas suas palavras “(...) João Vaz Corte-Real só podia ter ido à Terra do Bacalhau antes de 1974, o que não aconteceu de certeza até porque a “baía de João Vaz- e o tesouro de João Vaz (...) nada têm a ver com ele e sim com um João Vaz, piloto, morador em Caminha e que estava morto, como João Alvares Fagundes, em 1521.”⁸²

⁷⁸ COUTINHO (2000), Pedro Magalhães Abreu, *Fagundes e a Descoberta do Canadá*, Edição de Autor, Ponte de Lima

⁷⁹ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 17-18

⁸⁰ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 18

⁸¹ Páginas 23-34

⁸² COUTINHO (2000), Pedro Magalhães Abreu, *Fagundes e a Descoberta do Canadá*, Edição de Autor, 2000, Ponte de Lima, p. 18

Uma resposta a tais informações parece-me fundamental nesta tese, ainda mais se tivermos em conta que até à data tal texto ainda não fomentou qualquer tipo de reação à comunidade académica.

Em primeiro lugar, importa sublinhar o facto de existirem fontes que comprovam a chegada da família Corte-Real ao Canadá anos antes das expedições realizadas por João Alvares Fagundes. O capítulo anterior desta tese foi dedicado ao escrutínio atento dessas fontes e a uma leitura crítica isenta de qualquer partidarismo ou vontade de defender qualquer corrente ideológica que coloque os Corte-Reais como expoente máximo da expansão portuguesa no Atlântico Norte. As cartas de D. Beatriz de D. Manuel referem por diversas vezes quer a autorização para que membros da família viajassem até à Terra Nova, quer a doação dos territórios que fossem lá descobertos, o que aliados às fontes cartográficas nos dão motivos para crer que os Corte-Reais ``têm glória dessa descoberta.⁸³

Em segundo lugar é pouco prudente do ponto de vista historiográfico descartar qualquer utilidade às citadas fontes *Saudades da Terra*, de Gaspar Furtuoso e da *História Insulana*, do Padre Cordeiro. Com efeito, estes dois documentos são hoje em dia dos mais completos que temos relativamente à História das navegações portuguesas, dando testemunho pormenorizado do achamento do Arquipélago dos Açores e de outros territórios a ocidente. Não podemos descredibilizá-los na sua totalidade, uma vez que as informações prestadas por estes dois escritores são confirmadas por outras fontes coevas, tais como cartas do Infante D. Henrique, cartas de diversos monarcas portugueses e ainda por inscrições cartográficas produzidas em anos bem próximos das viagens citadas nestas obras⁸⁴.

Em terceiro lugar é importante salientar o facto de Pedro Magalhães Godinho não ter citado devidamente nem todas as fontes a que fez recurso nem toda a bibliografia usada, aspeto que seria crucial para uma melhor interpretação das teses defendidas.

Para defender a sua tese, este autor faz também recurso à toponímia dos locais assinalados cartograficamente na Terra Nova, defendendo que só alguém procedente de Viana do Castelo, como João Alvares Fagundes, poderia denominar os locais descobertos

⁸³ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 18

⁸⁴ Além do Planisfério de Cantino veja-se neste sentido por exemplo o Planisfério de Gabriel Vallseca ou o Atlas Catalão

com os nomes que hoje possuem ou possuíam. É o caso de Breton Cape, ou Cabo Bretão em português, como foi denominado no século XVI, que segundo Pedro Magalhães Coutinho se batizou desta maneira por existirem várias pessoas com o apelido Bretão em Viana do Castelo no início de quinhentos, época coincidente das viagens de João Alvares Fagundes. De forma a sustentar o argumento, o autor refere a existência de diversos ‘‘Bretões’’⁸⁵ no Livro de Entrada de Irmãos da Confraria dos Mareantes, de 1561, em que de facto são citados vários homens com esse apelido⁸⁶. Devemos, no entanto, ter em conta dois aspetos: 1561 é uma data já afastada do ano em que João Alvares Fagundes viajou até à Terra Nova, o que aliado à falta de outro tipo de fontes nos deixa na incerteza da origem da família ‘‘Bretão’’ em Viana do Castelo. Os nomes citados podem efetivamente pertencer a descendentes de algum Bretão que terá participado da expedição de João Alvares Fagundes ou podem, por outro lado, ter chegado antes ou depois da dita viagem a Viana do Castelo, sem que existam documentos que comprovem a sua participação no feito. O outro aspeto diz respeito à viagem de João Cabot e João Lavrador realizada em 1492 e que partiu de Bristol, um conhecido porto inglês, o que nos faz crer que, com eles, tenham ido alguns ingleses (portanto Bretões à linguagem da época)⁸⁷ ser os responsáveis do nome com que o Cabo Bretão foi batizado.

Deixando de lado a crítica à obra de Pedro Magalhães Coutinho, concentrar-me-ei nas próprias fontes coevas que referem João Alvares Fagundes de modo a traçar de forma concisa todo o percurso feito por este ao largo da Terra Nova. Neste sentido, uma carta de doação assinada por D. Manuel em 1521 é desde logo o documento mais completo, contendo informação não só das terras doadas a Fagundes, como o possível roteiro das viagens que este terá feito no noroeste atlântico. Na prática, esta carta diz-nos o seguinte:

⁸⁵ E aqui leia-se Bretões como apelido de alguém e não como referência a pessoas originárias da Grã-Bretanha

⁸⁶ COUTINHO (2000), Pedro Magalhães Abreu, *Fagundes e a Descoberta do Canadá*, Edição de Autor, Ponte de Lima, p. 32

⁸⁷ MACHADO (2003), José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, Livros Horizonte, Lisboa, p. 463

‘Estas terras descobriu Joao Alvares por um piloto seu que ele disse ter ido sair e ser com os Corte Reais.’⁸⁸

Logo pelo excerto inicial da carta não restam dúvidas de que as viagens empreendidas por Fagundes foram feitas com base na experiência dos irmãos Corte-Real, uma vez que foram os tripulantes sobreviventes da viagem de Gaspar Corte-Real que serviram de pilotos experientes para que Fagundes navegasse até aquela região. Mais à frente na mesma carta pode-se ler ainda que:

‘‘A terra que se diz firme é desde demarcação de Castela que parte da banda do Sul com a nossa demarcação até vir a terra que os Corte-Reais descobriram que é da Banda do Norte.’’⁸⁹

Neste segundo excerto, obtermos logo duas informações que também são fundamentais para compreendermos o processo de expansão portuguesa na Terra Nova. A primeira delas diz desde logo respeito aos territórios americanos que então pertenciam a Castela, estando estes posicionados mais para sul das latitudes que aqui trato, não interferindo assim com o domínio português que se tentava em 1521. A segunda informação permite-nos concluir que as expedições dos Corte-Real foram feitas muito provavelmente a norte do Cabo Breton e que as de Fagundes, a sul desse mesmo cabo, o que significa que os achamentos feitos por uns não eliminam o mérito ou sucesso dos outros. Concluimos, assim, que ao investigarmos sobre os Corte-Real e sobre Fagundes, devemos considerar que se tratam de navegadores independentes, com percursos diferentes e objetivos também eles diferentes. Com efeito, esta carta de D. Manuel deixa isso bem claro, não podendo assim hoje em dia misturá-las de modo a dar primazia a uma ou outra família.

Ainda neste documento podemos ler que:

⁸⁸ COUTINHO (2000), Pedro Magalhães Abreu, *Fagundes e a Descoberta do Canadá*, Edição de Autor, Ponte de Lima, p. 18

⁸⁹ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 18-19

“As três ilhas na baía da Aguada na costa de Nordeste e Sudoeste e as três ilhas a que ele pos o nom Fagundes são estas a saber: São Joao, São Pedro, Santa Ana, Santo António (...) arquipelago de São Pantaliao com a Ilha Petiguom (...) arquipelago das Onze mil Virgens, ilha de Sta Cruz e outra ilha que também se chama Santa Ana (...)”⁹⁰

Neste excerto temos então indicado de forma clara os territórios descobertos e batizados por Fagundes como o litoral americano, entrando no Golfo de São Lourenço⁹¹ e, por outro lado, os Corte Real dedicaram-se maioritariamente à navegação para norte, entre a Terra Nova e a Gronelândia, no então Mar de Labrador.



Figura 7 - Áreas exploradas por João Alvares Fagundes e Corte-Real

A Cartografia quinhentista também nos é útil para compreendermos esta divisão de territórios explorados. Um mapa desenhado em 1563 por Lázaro Luís revela a Sul da Baía de São Lourenço uma inscrição que diz “Esta Terra Doo Lavrador q descobrio Joam Alvarez”, mostrando portanto que mesmo à luz do conhecimento dos cartógrafos do século XVI as terras descobertas por Fagundes se localizavam mais a Sul que as

⁹⁰ *Ibidem*, *Ibidem*, 18-19

⁹¹ Veja-se também FONSECA (2017), Senos, João Alvares Fagundes – Um Homem dos descobrimentos, Fundação Gil Eanes, Viana do Castelo, p. 108-122

descobertas pelos Corte-Reais, reforçando assim a hipótese que levantei nos parágrafos anteriores e dando consistência à tese de que os dois grupos de navegadores foram igualmente relevantes na catalogação de territórios na América do Norte.

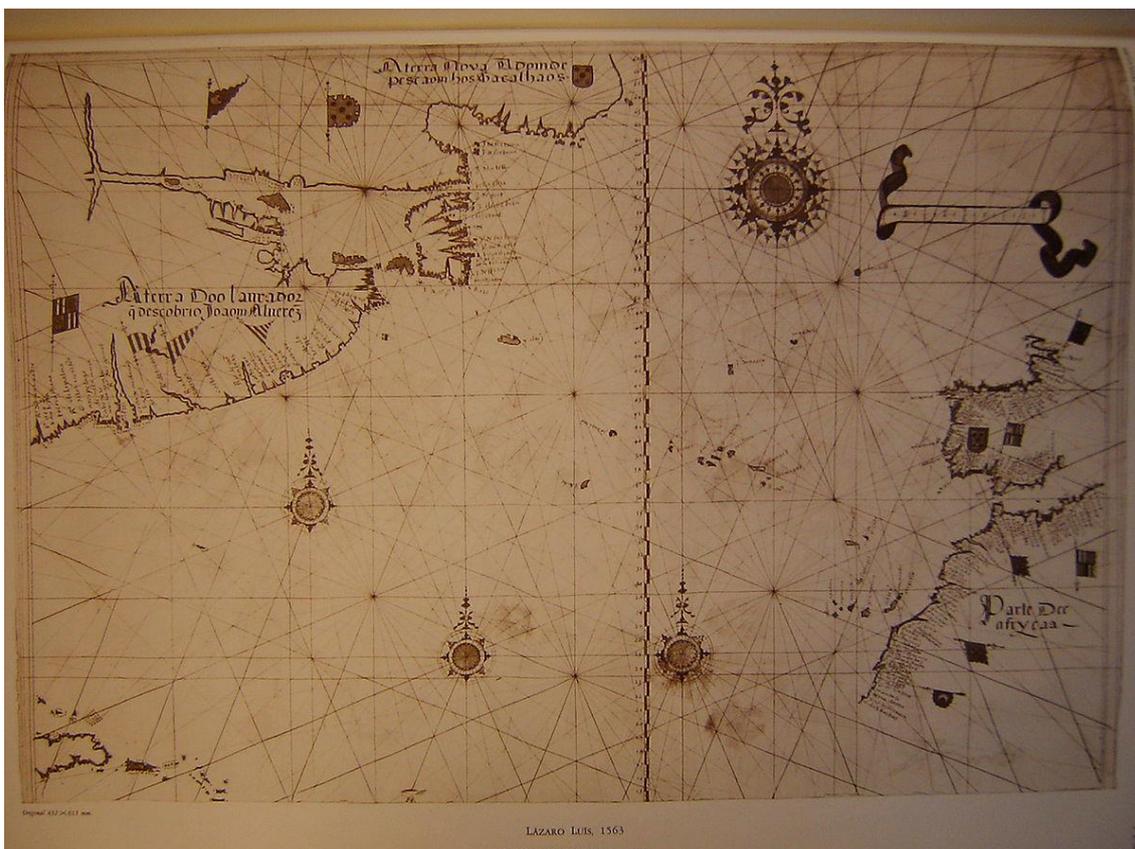


Figura 8 - Mapa de Lazaro Luís de 1563 in CORTESAO (1987), Armando, *Portugaliae Monumenta Cartografica*, INCM, Lisboa, Estampa 211

Em 1554 surgiu a carta náutica que nos permite, a meu ver, concluir que no momento da sua produção, o conhecimento do Atlântico Norte era já bem fundamentado quer entre os navegadores quer entre os cartógrafos europeus. Esta produção está atribuída a Lopo Homem, um dos mais notáveis cartógrafos portugueses e é em si um planisfério, representando a totalidade do mundo conhecido à época⁹². Relativamente à Terra Nova, podemos observar nesta carta a clara representação da Nova Escócia e da

⁹² CORTESAO, Armando e MOTA, Avelino T. da (1987), *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, INCM, Lisboa, p. 67-68

Baía de São Lourenço unidas ao território norte americano, que se segue até à América do Sul. Embora tal facto se tenha verificado em anos anteriores, como por exemplo na carta de Diogo Ribeiro, datada de 1527, esta dá definitiva consistência à realidade geográfica do continente americano. Podemos ainda ler nesta representação que a região tem uma inscrição que diz claramente “Terra nova Infantae”, fazendo referência às viagens que quatrocentistas que foram feitas até lá e às expedições ocorridas no início do século XVI. Existe ainda o brasão da coroa portuguesa sob as ilhas, com a linha do tratado de Tordesilhas bem demarcada e mostrando que tais territórios eram à luz dos tratados da época pertencentes ao lado português do mundo.



Figura 9 - Planisfério Lopo Homem de 1554, in CORTESAO (1987), Armando, *Portugaliae Monumenta Cartografica*, INCM, Lisboa, Estampa 27

A já citada *Portugaliae Monumenta Cartographica* é nos também útil para compreendermos a dificuldade que temos em conhecer mais pormenores sobre a viagem de João Alvares Fagundes até à costa americana. No 5º volume desta obra, os autores expressam a convicção de que “houve cartas portuguesas, hoje desaparecidas que registaram a viagem ou viagens de Fagundes ao noroeste da América. (...) Infelizmente neste caso em especial, como em muitos outros, ao contrário de Jacques Cartier, nem Fagundes, nem qualquer um dos seus companheiros ou os que se seguiram deixaram uma

descrição da sua viagem. ⁹³ Além disto, os autores desta obra defendem também a tese de que além da exploração da linha costeira da Terra Nova, Fagundes terá entrado e navegado no Golfo de São Lourenço e que tal facto só não é hoje tido em conta pela historiografia devido ao desaparecimento de fontes que teriam sido produzidas por este navegador e seus acompanhantes, completando assim a conclusão por mim retirada anteriormente neste capítulo.

⁹³ CORTESAO, Armando e MOTA, Avelino T. da (1987), *Portugaliae Monumenta Cartographica*, INCM, Lisboa, vol V, p. 162-163

Capítulo V

O fim da presença portuguesa na Terra Nova

O descobrimento das rotas marítimas para a Terra Nova e a tomada de consciência do seu potencial económico foi uma das principais consequências das expedições tratadas até agora nesta tese. Se por um lado a terra firme parecia não oferecer vantagens de maior à coroa portuguesa, por outro, os bens que se encontravam dentro daqueles mares pareciam oferecer um vasto e novo conjunto de vantagens para a máquina expansionista portuguesa do século XVI. Refiro-me aqui à pesca do bacalhau, que desde muito cedo incentivou a vagas de colonizações portuguesas no Atlântico Norte. Pelas fontes, sabemos hoje que logo em 1506 existiam já entradas de pescado nos portos de Entre Douro e Minho, com dizimas a serem cobradas por ordem direta do rei de Portugal⁹⁴. As cartas de D. Manuel atestam este facto e dão-nos os contornos da forma como estas pescarias se realizavam.

Em 1542, o francês Roberval viajou até à Terra Nova permanecendo lá ao longo do mês de junho e contabilizando um total de dezassete caravelas portuguesas a pescarem naqueles mares⁹⁵ e em 1567 tentaram instalar uma colónia de pesca no território, concedido a Manuel Corte-Real⁹⁶. Na década de 80 deste mesmo século, viajaram anualmente até aos bancos da Terra Nova cerca de cem navios, com capacidade para transportar cerca de 60 toneladas de pesca à unidade, o que correspondia, segundo Vitorino Magalhães Godinho, a um volume de negócio que rondava os 7,700 réis só na Misericórdia de Viana e no Hospital de Todos os Santos em Lisboa⁹⁷.

Com efeito, notamos desde logo que a quantidade de pescado transportada assumia valores relativamente altos para a economia portuguesa da época e que o fluxo de viagens de pescadores significava já que o noroeste atlântico tinha deixado de ser uma simples terra congelada para se tornar uma rota comercial de utilidade à coroa portuguesa. No entanto, foi também a partir desta década que se registou um abrandamento da presença portuguesa na região, levando a que qualquer possibilidade de soberania fosse frustrada a partir desse dia. Os motivos que originaram essa realidade estão

⁹⁴ GODINHO (1962-66), Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 4, Arcadá, Lisboa, p.134

⁹⁵ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 134

⁹⁶ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 135

⁹⁷ *Ibidem*, *Ibidem*, p. 135

maioritariamente relacionados a dois fatores: o primeiro relacionando-se com o aumento do interesse da coroa portuguesa na exploração de riquezas naturais no Brasil, levando a que este se tornasse cada vez mais o centro dos esforços para os portugueses; o segundo relacionado com a união de coroas ibéricas ocorridas em 1580, após o desaparecimento de D. Sebastião, que como sabemos fez com que a soberania de Portugal passa-se a estar na mão do conselho dos 10, junto da corte Espanhola. Esta alteração no quadro geopolítico da Península Ibérica modificou então as relações diplomáticas de Portugal com outros estados europeus, fazendo com que Portugal deixasse de ser um país neutro ou aliado para a maioria e se tornasse um inimigo aliado à casa de Habsburgos, então combatida pela França, Inglaterra e Holanda. Tal foi pretexto suficiente para que várias praças-fortes fossem atacadas, saqueadas e integradas noutros impérios que então se encontravam em ascensão.

Só em 1640 Portugal voltou a ter uma coroa própria, no entanto já era tarde para retomar qualquer tentativa de colonização da Terra Nova. A concorrência internacional tinha efetivamente ganhado força na América do Norte, levando a que os portugueses perdessem qualquer hipótese de ver o seu brasão desenhado nas representações cartográficas tal como tinha acontecido na primeira metade do século XVI⁹⁸. Mais uma vez a cartografia mostra-se-nos útil para compreender esta realidade. Para compreendermos isto basta analisarmos um mapa de 1602 da autoria de Pieterus Blietius, onde a representação da Terra Nova aparece sobreposta pelo nome “Franciae”, indicando que o domínio da região pertencia agora à coroa francesa. Outro mapa que nos dá conta de tal sucedimento é o de John Mason, feito em 1617, representando à semelhança do primeiro, o nome de França sobre a região do Canadá. Além disto, é importante sublinhar o facto de já não ser feita qualquer menção a Portugal ou portugueses nestas produções cartográficas, revelando assim a perda de importância política ou comercial na região.

⁹⁸ Ver mapas na página seguinte



Figura 10 - Mapa de Pieterus Bietrus de 1602, Centre for Newfoundland Studies, QEII Library, Memorial University of Newfoundland, St. John's, NL

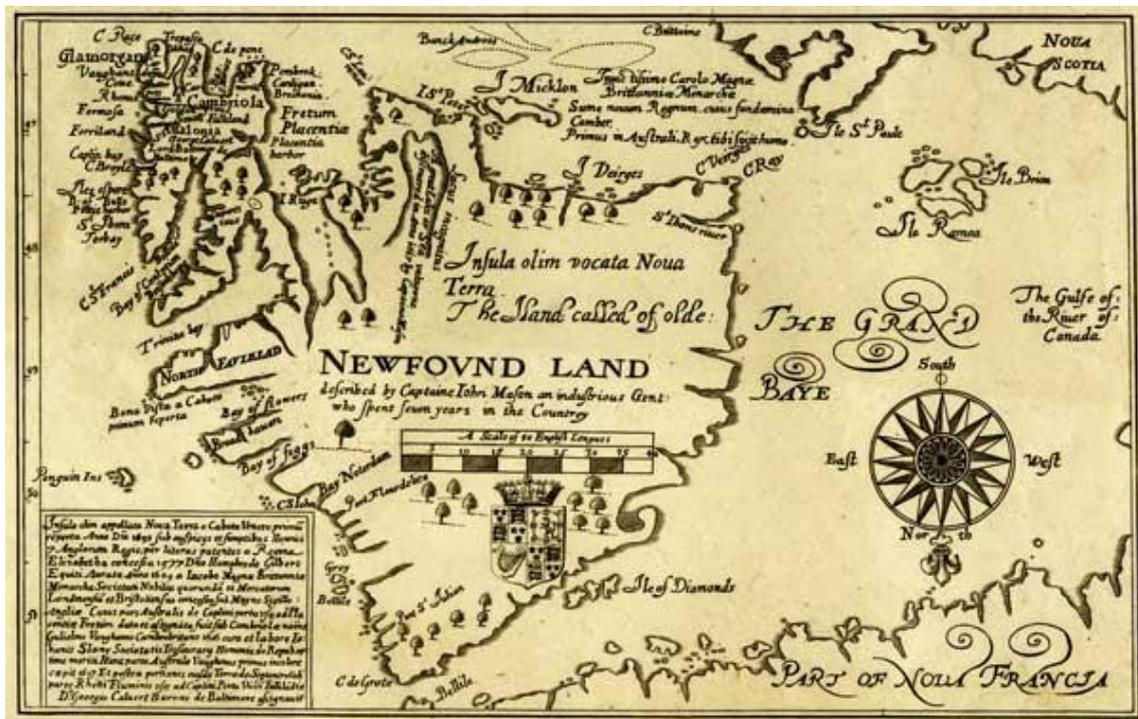


Figura 11 - Mapa de John Mason, 1617, Centre for Newfoundland studies, QEII Library, Memorial University of Newfoundland, St. John's, NL

A capacidade de concorrer comercialmente com outros estados que pescavam naquela região também se deteriorou e Portugal deixava de ser um dos maiores exportadores de bacalhau da Europa para se tornar dependente da importação deste produto, que passou a ser fornecido maioritariamente por Ingleses⁹⁹.

A viragem do século XVI para o século XVII assumiu assim um ponto de rutura que não voltou a ser alterado ao longo do curso da História, modificando profundamente os contornos políticos e geográficos do Império Marítimo português.

⁹⁹ GODINHO (1963-66), Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 4, Arcadá, Lisboa, p. 219

Conclusão

Esta dissertação trata fundamentalmente o processo de expansão marítima portuguesa no noroeste do Oceano Atlântico, região periférica ao Império Português e que tem passado mais ou menos despercebida que à comunidade académica, quer ao grande público interessado em História. De facto, a distância da Terra Nova face aos objetivos principais das viagens quatrocentistas e quinhentistas contribuiu para que tais empreendimentos fossem deixados para segundo plano na historiografia portuguesa. No entanto, como demonstrei nesta tese, tal esquecimento voluntário ou involuntário pode ser considerado injustificado, tendo em conta a sua relevância historiográfica.

O principal objetivo desta investigação foi desde logo o de traçar a cronologia e as linhas de força em que nos podemos sustentar para pensar a História de Portugal no extremo Norte do Atlântico. A análise e escrutínio das fontes analisadas, permite tirar uma série de conclusões. A primeira delas diz desde logo respeito à primazia dos portugueses quanto à chegada de europeus até à América do Norte. A viagem de Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Fronteira assumem esse carácter, pois além de não existirem outras fontes coevas que relatem a realização de tais viagens por parte de outros estados europeus, os registos que nos chegaram sobre estes dois navegadores atestam que eles viajaram pela primeira vez, depois de séculos das migrações de monges islandeses e dos exílios vikings de Erick – O vermelho, até ao extremo Norte do Atlântico. Embora existam controvérsias sobre o verdadeiro destino destas expedições, um exercício de lógica geográfica indica com alguma segurança que estas não poderiam ter ido até à Islândia por mero erro de navegação. Isto não significa que os navegadores citados no segundo capítulo tenham descoberto um território completamente desconhecido para os europeus, uma vez que o mesmo era citado em lendas e superstições escandinavas já desde o século X d.C. Significa antes, que estes foram os responsáveis pela redescoberta do território e das rotas necessárias para o alcançar. O olhar atento sobre o funcionamento das correntes e ventos no chamado Mar dos Sargaços ilustra bem esta afirmação.

Prosseguindo com a ordem estabelecida nesta tese, demonstrei também que se por um lado foram Diogo de Teive e Pero Vasquez os primeiros a chegar até à Terra Nova, por outro, foram os Corte-Real que tornaram tal achamento perceptível aos olhos dos

estadistas europeus que então começavam a concentrar esforços para a edificação dos seus próprios impérios ultramarinos. Efetivamente, até às expedições feitas pelos irmãos Corte-Real, a Terra Nova não tinha sido representada nas reproduções cartográficas do século XVI. Embora tenham terminado de forma trágica, o contributo dos sobreviventes que regressaram a Portugal mostrou-se fulcral para que a costa leste do continente americano começasse a ser representada em cartas e portulanos. Relativamente aos Corte-Real foi também possível concluir que, apesar da hipótese da veracidade da Pedra de Dighton ser tentadora para os historiadores, não existem quaisquer outras fontes ou resultados de investigações que permitam concluir que a mesma se trate de uma fonte confinável do ponto de vista científico. Para conseguir provar tal veracidade seriam necessários estudos laboratoriais com recurso a datação química. Sobre este capítulo há ainda que sublinhar o facto de a coroa portuguesa ter um efetivo interesse na expansão para noroeste, dado existirem cartas de doação e confirmação que mostram claramente a recompensa que seria obtida pelos Corte-Real em caso de sucesso nas missões que lhes foram entregues.

Já sobre João Alvares Fagundes, ficou demonstrado nesta dissertação que o mérito das viagens por si empreendidas não anula de modo nenhum os contributos prestados pelos navegadores que lhe antecederam, tal como fizeram crer nas obras citadas no capítulo. Com efeito, ao observarmos num todo o conjunto de viagens feitas até à Terra Nova por parte dos portugueses, notamos que Fagundes é um nome incontornável para quem procura saber as origens quinhentistas da atual costa do Canadá, focando-se o seu esforço maioritariamente na Baía de São Lourenço, ao passo que os de Corte-Real se concentraram mais a norte desta mesma baía. O mapa de Lazaro Luís, de 1563, ilustra bem esta realidade, bem como as tentativas de colonização do território por parte do navegador.

Por fim, a tese termina com o desfecho da expansão portuguesa na Terra Nova, ficando demonstrado que tal se deveu ao facto da união de coroas ibéricas, em 1580, em que Portugal viu o seu desenvolvimento pesqueiro e económico na região interrompido pelos inimigos da Casa Habsburgo, perdendo assim a capacidade competitiva que mantinha até então de continuar a exploração na costa norte americana. Neste sentido vimos também que a cartografia foi e deve ser um recurso útil à historiografia por revelar informações que as fontes escritas omitem voluntaria ou involuntariamente ao estudo do passado de determinado local.

Apesar de concluída, esta tese não se encontra esgotada nem relativamente aos temas que aborda nem relativamente ao debate historiográfico gerado. Uma investigação histórica nunca, se assume por terminada e isto significa necessariamente reconhecer que existem ainda diversas perspetivas que podem vir a ser trabalhadas na historiografia. É precisamente por este motivo que termino com um levantamento de quatro hipóteses futuras de investigação, tendo sempre em mente o objetivo de as acrescentar ao trabalho feito até este momento. Uma dessas hipóteses de trabalho diz desde já respeito ao modo como o achamento da Terra Nova tem vindo a ser trabalhado na historiografia de outros países, sendo de especial interesse neste sentido, a análise de bibliografia produzida maioritariamente no Canadá e em países do norte da Europa. Como mencionei no primeiro capítulo, dinamarqueses, noruegueses e irlandeses manifestaram interesse em migrar para o extremo norte do Oceano Atlântico, havendo por isso, naturalmente, interesse historiográfico relativamente a este tema nas investigações que ali se desenvolvem.

Outra perspetiva de futuro para esta investigação está intimamente ligada à cartografia e aos cartógrafos do Atlântico Norte. A maioria dos mapas selecionados e analisados nesta tese têm um foco mais vasto do que a região da Terra Nova, tendo os cartógrafos dado grande importância a regiões mais a sul neste oceano ou a regiões do Oceano Índico. A conjuntura histórica da Época Moderna explica em grande parte esta realidade. No entanto, é importante lançar novos olhares sobre essas mesmas produções cartográficas de modo a compreendermos a História das regiões mais periféricas dos impérios europeus ao longo do século XVI e XVII. Deste modo, será possível construir um conhecimento cada vez mais vasto e completo sobre as várias frentes das explorações marítimas desta época, proporcionando assim uma série de alternativas de investigação que se afastam das áreas tradicionalmente mais estudadas, tais como o Brasil e a Índia.

A importância económica e política da Terra Nova e do Mar de Labrador para os portugueses ao longo do século XVI e XVII é outra das frentes que carece de estudos exclusivos por parte da historiografia portuguesa. Com efeito, sobre isto, apenas Vitorino Magalhães Godinho desenvolveu um breve levantamento de fontes e dados bibliográficos, na sua obra intitulada *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Não quer isto dizer que não existam outros estudos sobre a economia da Expansão Portuguesa, no entanto, sobre a região da Terra Nova, há ainda muitas possibilidades de trabalho por desenvolver, sendo aliás esse contributo fundamental em continuidade a esta tese.

A importância geopolítica da Terra Nova e do Mar de Labrador no quadro político europeu é mais um exemplo de perspectiva de futuro trabalho nesta investigação. De facto, sabemos que Portugal não foi um caso único e isolado de expansão marítima a partir do século XV e XVI, tendo existido diversos outros estados a lançarem-se nessa mesma empresa nessa época. A relevância deste dado ganhou mais notoriedade historiográfica noutras regiões e noutras ocasiões, como por exemplo no Tratado de Tordesilhas e nos motivos da sua assinatura. Apesar disto, é importante continuar a investigar a forma como o equilíbrio ultramarino se geriu no tempo e no espaço em regiões periféricas dos impérios que estavam então em construção. A Terra Nova é disso exemplo, sendo esta apenas mais uma das hipóteses futuras de trabalho a desenvolver.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luís (1977) *Contribution des portugais à la découverte de l'Amerique du Nord*, in Estudos de História, Vol. V, Universidade de Coimbra, Coimbra

ALEGRIA, Maria Fernanda; DAVEAU, Suzanne, GARCIA, João Carlos e RELANO (2012), Francesc, *História da Cartografia Portuguesa (séculos XV-XVII)*, Fio da Palavra, Porto

BRASÃO, Eduardo (1965) *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, AGU, Lisboa

BRASÃO, Eduardo (1964) *A Descoberta da Terra Nova*, AGU, Lisboa

BRASÃO, Eduardo (1969) *Os Descobrimientos Portugueses na História do Canada*, AGU, Lisboa

CORTESÃO, Armando (1935) *Cartografia e Cartógrafos Portugueses nos séculos XV e XVI*, Seara Nova, Lisboa

CORTESAO, Armando e MOTA, Avelino T. da (1987) *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, INCM, Lisboa

CORTESAO, Armando e MOTA, Avelino T. da (1987) *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. V, INCM, Lisboa

CORTESÃO, Armando (1981) *Descobrimientos no Atlântico e Evolução da sua Antiga Representação Cartográfica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra

CORTESÃO, Armando (1962) *Do ambiente científico em que se iniciaram os Descobrimientos Portugueses*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra

CORTESÃO, Armando (1932) *Os Homens (Cartógrafos Portugueses do Século XVI)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra

CORTESÃO, Jaime (1933) *A Viagem de Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452*, Imprensa da Armada, Lisboa

CORTESÃO Jaime, (1997), *Os Descobrimientos pré-colombianos dos Portugueses*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa

CORTESÃO, Jaime (1949) *Os Portugueses No Descobrimento dos Estados Unidos*, Seara Nova, Lisboa

COSTA, José Pereira (1987) *Livro das Ilhas*, Secretaria Regional da Educação e da Cultura, Região Autónoma dos Açores

COUTINHO, Pedro Magalhães Abreu (2000) *Fagundes e a Descoberta do Canadá*, Edição do autor, Ponte de Lima

COUTINHO, Gago (1933) Gaspar Corte-Real no âmbito de uma comunicação apresentada pelo Almirante Gago Coutinho na sessão comemorativa do dia dos Corte-Reais a 2 de Julho de 1933 na Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa

DELABARRE, Edmund Burke (1928) *Dighton Rock: A Study of the Written Rocks of New England*, Walter Neale, 1928, New York

DOMINGUES, Francisco Contente (2016) *Dicionário da Expansão Portuguesa (1415-1600)*, Vol. 2, Círculo de Leitores, Lisboa

FERREIRA, António Gomes (1991) *Dicionário Latim-Português*, Porto Editora, Porto

FOSSETT, Renne (2001) *In Order to Live Untroubled – Inuit of the Central Arctic, 1550 to 1940*, The University of Manitoba Press, Manitoba

GASPAR, J. A. (2007). The myth of the square chart. *E-Perimetron*, 2-2, p. 66-79. 82

GASPAR, Joaquim Alves (2008). Dead reckoning and magnetic declination: unveiling the mystery of portolan charts. *E- Perimetron*, Vol. 3, No. 4, p. 191-203

GASPAR, Joaquim Alves (2010). From the Portolan chart of the Mediterranean to the latitude chart of the Atlantic-cartometric analysis and 82odelling. Lisboa: Universidade de Lisboa

GASPAR, J. A. (2013). A Matemática da Navegação e da Cartografia no Tempo das Descobertas. *Matemática do Planeta Terra*, p. 29-58

GASPAR, Joaquim Alves e LEITAO, Henrique (2018). What is a nautical chart, really? Uncovering the geometry of early modern nautical charts, *Journal of Cultural Heritage*, Vol. 29, p. 130-136

GASPAR, Joaquim Alves e LEITAO, Henrique (2019). Early Modern Nautical Charts and Maps: Working Through Different Cartographic Paradigms. *Journal of Early Modern History*, Vol. 23, p. 1-28

GODINHO, Vitorino Magalhães (1963-66) *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2 vols., Arcáda, Lisboa

HARRISSE, Henry, (1900) *Decouverte et évolution cartographique de Terre-Neuve et des pays Circonvoisins*, Walter-Henry Stevens, Paris-Londres

HASSING, Ross (1945) *México and Spanish Conquest*, Oklahoma, University of Oklahoma Press, Norman

LOPES, Francisco Fernandes (1991) *Os Irmãos Corte-Real*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Edições Culturais da Marinha, Lisboa

MACHADO, José Pedro, (2003) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. II, Livros Horizonte, Lisboa

MAIA, Carlos R.M. de Faria (1945) *Prioridade dos Portugueses no descobrimento da América do Norte, América Central e América do Sul*, Coimbra Editora Ltd, Coimbra

MARQUES, Alfredo Pinheiro (1992) *Portugal e o Descobrimento Europeu da América*, Figueira da Foz, Círculo de Leitores, Figueira da Foz

MARSHAL, Ingeborg (1996), *History and Ethnography of the Beothuk*, McGuills-Queen's Press University, Londres

MARSHALL, Ingeborg. (2006). "Shanawdithit, or Nance, Nancy April". In Hallowell, Gerald (ed.). *The Oxford companion to Canadian history*. Oxford: Oxford Univ. Press 11 February 2018

MOREIRA, Zenóbia Collares, (2005) *Dicionário de Língua Portuguesa Arcaica*, Editora da UFRN, Natal

MOREIRA, Manuel António Fernandes, (1987) *O Porto de Viana do Castelo e as Navegações para o Noroeste Atlântico*, Junta Autónoma Dos Portos do Norte, Viana do Castelo

NUNES, Maria Sidónia (2019) *Descobrimientos e Navegações no Arquivo Histórico Portuguez*, Lisboa, Chiado Books, Lisboa

PASTORE, R. (1989). The Collapse of the Beothuk World. *Acadiensis*, 19(1), 52–71

PITÉ, Ângela Matos (2022) *Aplicação de Software livre de análise cartométrica em Cartografia Moderna Portuguesa*, Trabalho de Projeto do Mestrado em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira, (1998) *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol II, Editorial Estampa, Lisboa

Fontes

Torre do Tombo:

Chancelaria de D. João II;

Cartas de Quitação de D. Manuel;

Chancelaria de D. João III;

Chancelaria de D. Manuel: Liv. 4, fol.3 v.; Liv. .XXXVI, fol. 21; Liv. XIII, fol. 26

Livro da Alfandega de Viana, do ano 1594, Núcleo Antigo, nº 533, fol. 44 v. • Livro XVI de Dom Manuel, fol. 39

Livro das Ilhas, fol. 63 v.

Livro de registos del Rei nosso snr. Das cartas & alvarás, mandados & outras cartas que o dito Snr Manda a esta Alfandega, fol. 46

Livro V dos Místicos, fols. 46-47

Registo de "sentenças a favor da Coroa", Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 246, f. 90 v., coluna

Chancelaria de D. Manuel, liv. 5º, fl. 18, liv. 6º de Místicos, fl. 63

Livro do Registo Geral, nº 1, fols. 218-238 - Arquivo do Museu Municipal de Viana do Castelo (sobre João Fagundes) - Arquivo de Simancas

Secção Estado de Castilla, vid. VIGNERAS, Louis-André, Etat presente des études sur Jean Cabot, Actas, vol. III, Simancas, Congresso Internacional de História dos Descobrimientos

Tratados com Inglaterra, leg.º 2, fol. 196; 14 - COSTA, José Pereira da, Livro das Ilhas, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Educação e da Cultura, 1987 –